



MUNICÍPIO DE MERCEDES

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 213/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 114/2025

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

DATA: 10 de novembro de 2025



Município de Mercedes

Estado do Paraná

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes/PR	
Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	
Responsável pela Elaboração do Documento: Cristiane Karina Kamphorst Machado	
E-mail: agricultura@mercedes.pr.gov.br	Telefone: (45) 3256-8014
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.	
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): O Município de Mercedes, por meio da Lei nº 1336, de 02 de fevereiro de 2015, instituiu o programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e pecuário local. Referido programa contempla diversas ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, entre elas a disponibilização de sêmen bovino para os produtores de leite que possuam fêmeas em idade reprodutiva e que estejam devidamente cadastradas na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). O serviço de fornecimento de sêmen bovino visa a garantir o aumento da produtividade leiteira, por meio da utilização da inseminação artificial, técnica que possibilita a melhoria genética do rebanho. Além disso, contribui diretamente para a saúde do rebanho local, ao prevenir a propagação de doenças reprodutivas contagiosas, assegurando a sanidade do rebanho e a qualidade da produção. A inseminação artificial, ao permitir o controle rigoroso sobre a escolha de reprodutores geneticamente superiores, possibilita aos pecuaristas a obtenção de um rebanho com características produtivas e sanitárias mais robustas, agregando valor à atividade agropecuária do Município. A continuidade do programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável" depende da renovação e manutenção dos insumos necessários para a execução de suas ações, especialmente a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, essenciais para a realização da inseminação artificial. A contratação desses insumos se torna imprescindível para garantir o bom andamento do programa, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, que, dentre outros, regulamenta o desenvolvimento das políticas de incentivo à inseminação bovina, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente. Portanto, a aquisição do sêmen bovino e nitrogênio é necessária para a continuidade e o sucesso do programa, assegurando aos pecuaristas da municipalidade a melhoria contínua da qualidade genética e sanitária do rebanho, além de fortalecer a produção leiteira local e, conseqüentemente, a economia rural do Município.	

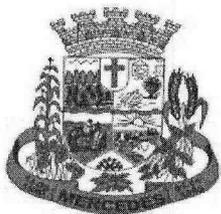


Município de Mercedes

Estado do Paraná

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

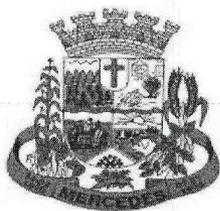
Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00	418846	Dose	400	54,33	21.732,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

	FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	420289	Dose	800	56,83	45.464,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

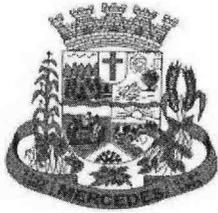
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Dose	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439047	Dose	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	297861	Dose	200	25,00	5.000,00
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6;	439048	Dose	200	25,00	5.000,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

	DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	412056	Dose	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	467364	Unid	1	10.602,33	10.602,33
11	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado	405954	Litro	3500	13,83	48.405,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

<p>Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino</p>					
---	--	--	--	--	--

Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo):

O quantitativo foi definido com base na quantidade de fêmeas em idade reprodutiva cadastradas na campanha de atualização de rebanho de maio e junho de 2025 na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):

R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)

5. Previsão da data desejada para a contratação:

01 de dezembro de 2025.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média () Alta (X) Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:
(X) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505



Município de Mercedes

Estado do Paraná

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º¹ do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

(X) SIM () NÃO

Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): Contratação de objeto de baixa complexidade.

Mercedes-PR, 30 de outubro de 2025.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada: Jurandir Kunkel

Assinatura: JURANDIR KUNKEL:01805259997
Assinado de forma digital por JURANDIR KUNKEL:01805259997
Dados: 2025.10.30 10:35:27 -03'00'

¹ § 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

- I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- II - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;
- III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;
- IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Documento de Formalização de Demanda – DFD, relativo à *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 30 de outubro de 2025

JURANDIR

KUNKEL:0180525999

7

Assinado de forma digital por
JURANDIR KUNKEL:01805259997
Dados: 2025.10.30 10:35:40 -03'00'

Jurandir Kunkel

**SECRETÁRIO DE AGRICULTURA
PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE**



Município de Mercedes

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: _____.

Área Requisitante: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

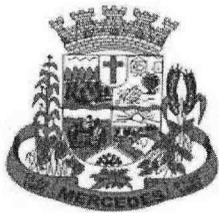
Descreva a sua necessidade:

O Município de Mercedes, por meio da Lei nº 1336, de 02 de fevereiro de 2015, instituiu o programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e pecuário local. Referido programa contempla diversas ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, entre elas a disponibilização de sêmen bovino para os produtores de leite que possuam fêmeas em idade reprodutiva e que estejam devidamente cadastradas na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

O serviço de fornecimento de sêmen bovino visa a garantir o aumento da produtividade leiteira, por meio da utilização da inseminação artificial, técnica que possibilita a melhoria genética do rebanho. Além disso, contribui diretamente para a saúde do rebanho local, ao prevenir a propagação de doenças reprodutivas contagiosas, assegurando a sanidade do rebanho e a qualidade da produção. A inseminação artificial, ao permitir o controle rigoroso sobre a escolha de reprodutores geneticamente superiores, possibilita aos pecuaristas a obtenção de um rebanho com características produtivas e sanitárias mais robustas, agregando valor à atividade agropecuária do Município.

A continuidade do programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável" depende da renovação e manutenção dos insumos necessários para a execução de suas ações, especialmente a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, essenciais para a realização da inseminação artificial. A contratação desses insumos se torna imprescindível para garantir o bom andamento do programa, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, que, dentre outros, regulamenta o desenvolvimento das políticas de incentivo à inseminação bovina, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Portanto, a aquisição do sêmen bovino e nitrogênio é necessária para a continuidade e o sucesso do programa, assegurando aos pecuaristas da municipalidade a melhoria contínua da qualidade genética e sanitária do rebanho, além de fortalecer a produção leiteira local e, consequentemente, a economia rural do Município.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme Decreto Municipal nº 215/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

A empresa deve enviar, junto com a proposta final, a prova do touro concorrente conforme consta no cabeçario da descrição de cada item do Termo de Referência;

Quando a característica solicitada não constar na prova pedida, os fornecedores de sêmen devem apresentar outras provas ou catálogo do touro no site da empresa para comprovar TODAS as características exigidas do touro concorrente descritas no Termo de Referência;

Para a raça Holandês Preto e Branco não será aceito um mesmo touro para concorrer ao item 1 e 2, devendo ser um touro DIFERENTE para cada item;

O sêmen dos touros propostos neste certame, e dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos, seguindo abaixo a relação dos fornecedores dos últimos 6 (seis) anos a contar da data de abertura deste certame:

RAÇA	NOME DO TOURO	EMPRESA
Holandês PB	ALTA MITCHUM	Vitavet (Alta)
Holandês PB	ZEPPELING	Magu (CRV)
Jersey	DISCOVERY	Magu (CRV)
Jersey	DIXON	Progenética
Gir Leiteiro	ALTA FARAO	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MATCHUP	Magu (CRV)
Holandês PB	ALTA FRIDAY	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA CABRERA	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA MERLIN	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	ALTA FIGO BAHADUR	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MINTJULEP	Lucinir (Semex)
Holandês PB	OBJECTIVE	Progenética (Evolution)
Jersey	MARVEL	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	ALTA EURO JABAQUARA	Vitavet (Alta)
Holandês VB	PAVEL RED	Progenética (Evolution)
Holandês PB	ZEBRA	Lucinir (Semex)
Holandês PB	ANCHOR	Lucinir (Semex)
Jersey	COBALT	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	DARDO	Lucinir (Semex)
Holandês VB	BOSTOM RED	Tramontini (Genex)
Holandês PB	SEKITA BALLU	Tramontini (Genex)
Holandês PB	TIMESQUAREP	Vitavet (Alta)
Jersey	MAHOMES	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	OVINI	Tramontini (Genex)
Holandês VB	AVO RED	Vitavet (Alta)
Holandês PB	GALVESTON	Vitavet (Alta)
Holandês PB	SEKITA STARK	Vitavet (Alta)
Jersey	HORATIO	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	INPUT CAL	Vitavet (Alta)
Holandês VB	KOEPON TWISTED RED	Tramontini (Genex)
Senepol	BELA VISTA	Tramontini (Genex)

O sêmen bovino deve ser fornecido em raques finas contendo 10 (dez) palhetas (doses) cada, devidamente conservadas em nitrogênio líquido;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

O nitrogênio deverá ser entregue em cada local que contenha botijão para armazenamento de sêmen, incluindo propriedades rurais, a cada 30 dias sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS;

O prazo de entrega do SÊMEN é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Compras, de acordo com a necessidade do Município;

O novo botijão para armazenamento de sêmen a ser adquirido, deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato;

Todas as despesas relacionadas ao fornecimento do objeto, tais como embalagens, frete, dentre outras, correrão por conta da Contratada;

Todos os itens devem ser entregues em horário de expediente da Prefeitura de Mercedes (segunda a sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). A classificação dos bens e serviços, se comuns ou especiais, define a modalidade da licitação.

Indique os quantitativos:

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Sêmen bovino da raça Holandês Preto e branco	Doses	600
2	Sêmen bovino da raça Holandês Preto e branco	Doses	400
3	Sêmen bovino da raça Holandês Vermelho e branco	Doses	200
4	Sêmen bovino da raça Jersey	Doses	800
5	Sêmen bovino da raça Gir Leiteiro	Doses	600
6	Sêmen bovino da raça Senepol	Doses	200
7	Sêmen bovino da raça Nelore mocho	Doses	200
8	Sêmen bovino da raça Tabapuã	Doses	200
9	Sêmen bovino da raça Aberdeen Angus	Doses	600
10	Botijão para armazenamento	Unidade	1
11	Nitrogênio líquido	Litros	3500

Classificação dos bens/serviços:

Comuns.

Especiais.

Continuado.

Não continuado.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido é classificado como continuado, uma vez que a aquisição/contratação é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas.

A quantidade estimada nesse processo foi calculada com base na demanda dos últimos dois anos e também na quantidade de fêmeas em idade reprodutiva cadastradas na Campanha de Atualização de rebanho da ADAPAR realizada nos meses de maio e junho, acrescentando



Município de Mercedes

Estado do Paraná

pequena margem caso haja um aumento na quantidade de animais, pois o número de fêmeas é variável a cada ano.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

Plurianual

Não plurianual.

Justificativa: A vigência plurianual, por seu turno, representa maior vantagem econômica, uma vez que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação. Destaca-se, entretanto, que o sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Realização de Pregão Eletrônico para aquisição dos materiais necessários.

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A solução atenderá a demanda trazendo economia para a Administração?	Solução 1	X		
A solução possui respaldo legal para realização?	Solução 1	X		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A solução 1, única identificada na presente demanda, é viável e vantajosa à Administração. Isso porque, possibilitará a escolha da proposta mais vantajosa, proporcionando economia e eficiência, além de atender integralmente a demanda.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)

Parâmetros utilizados: Pesquisa de mercado, junto à fornecedores do ramo.

Metodologia utilizada: Média entre os valores obtidos.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Com base na estimativa do valor da contratação, a licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassaram o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

Descreva a solução como um todo:

Após o estudo comparativo das soluções de mercado, identificou-se apenas uma capaz de atender integralmente e de forma satisfatória a demanda do ente municipal, qual seja, a aquisição dos materiais através da realização de Pregão Eletrônico, de modo a proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Justificativa do parcelamento:

No presente processo houve a observância do princípio do parcelamento. Isso porque, a licitação será realizada "por itens", sem agrupamentos, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

As recargas de nitrogênio são realizadas de forma parcelada, com a aquisição a cada 30 dias para o reabastecimento dos botijões que armazenam o sêmen, conforme o nível de nitrogênio vai diminuindo. As raças bovinas para as quais forem adquiridas mais de 500 doses poderão ter o pagamento parcelado, devido à capacidade limitada de armazenamento dos botijões. Com raques grossas, cada botijão comporta no máximo 500 doses por caneco, podendo atingir até 600 doses quando se utilizam raques finas.

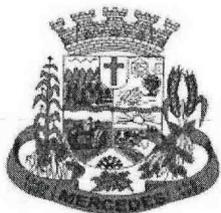
9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva os resultados esperados:

Os resultados pretendidos com a implementação do Programa de Incentivo à Inseminação Artificial visam não apenas o aprimoramento genético do rebanho bovino do município, mas também o aumento da produtividade e da rentabilidade dos produtores. A disponibilização de sêmen bovino de alta qualidade e o fornecimento de nitrogênio para sua conservação serão fatores determinantes para alcançar esses objetivos. Espera-se que, ao longo da execução do programa, ocorra uma melhoria significativa na qualidade dos animais, com a produção de novos indivíduos mais adaptados e produtivos, tanto para a produção de carne quanto para a de leite. Esse avanço genético, aliado ao aumento das taxas de natalidade e ao melhoramento das características reprodutivas, deverá proporcionar um crescimento no volume de produção e uma maior eficiência na exploração dos rebanhos.

Além disso, o programa contribui para a modernização da pecuária local ao estimular o uso de tecnologias reprodutivas de ponta, como a inseminação artificial, que permite aos produtores



Município de Mercedes

Estado do Paraná

acessar material genético superior sem a necessidade de grandes investimentos em touros de alto valor. Com isso, o produtor poderá aprimorar seu rebanho de maneira mais rápida e a um custo mais baixo, ampliando sua competitividade no mercado.

Outro resultado esperado é o fortalecimento da capacidade técnica dos produtores, que terão acesso à orientação especializada sobre o uso da inseminação artificial, bem como sobre as melhores práticas de manejo do rebanho. Essa capacitação prática pode se refletir na melhoria do desempenho geral das propriedades rurais, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor.

No que tange à economicidade, a execução do programa deve resultar em um uso mais eficiente dos recursos públicos, com a aquisição dos insumos (sêmen e nitrogênio) de maneira planejada e otimizada. A gestão do programa, com o fornecimento dos insumos de acordo com a demanda local, assegurará que os recursos sejam utilizados de forma racional, evitando desperdícios e garantindo que a política pública tenha um impacto positivo sobre os pequenos e médios produtores rurais do município.

Em termos financeiros, o programa deve gerar um retorno substancial para a economia local, ao aumentar a produtividade dos rebanhos e, conseqüentemente, a rentabilidade das propriedades. Esse incremento no desempenho econômico se reflete no aumento da oferta de produtos de origem bovina de melhor qualidade, o que pode contribuir para o fortalecimento da pecuária do município e sua inserção em mercados mais exigentes, gerando mais empregos e movimentando a economia rural.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva as providências prévias:

Não foram identificadas providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Não há.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

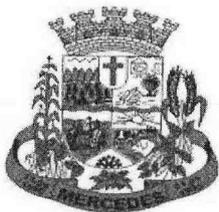
Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva impactos e medidas:

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da aquisição que se pretende.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de



Município de Mercedes

Estado do Paraná

utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal n.º 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços: A definição dos itens e das quantidades para este processo licitatório foi realizada com base nas demandas atendidas nos últimos anos, o que proporciona uma estimativa precisa e confiável das necessidades para a execução do programa. Dado o histórico de consumo e a natureza específica dos insumos, é possível afirmar que todos os itens serão integralmente adquiridos ao longo da vigência do contrato e utilizados em sua totalidade até o momento da próxima licitação. Dessa forma, não há necessidade de recorrer ao sistema de registro de preços, uma vez que a previsão de consumo é clara e o volume de aquisição está totalmente alinhado com as necessidades do projeto, garantindo eficiência e a plena execução do programa sem a sobrecarga administrativa que o registro de preços poderia acarretar.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo: Considerando a análise detalhada das necessidades do programa e a especificidade dos insumos requeridos, conclui-se que a contratação direta dos itens necessários, sem a utilização do sistema de registro de preços, é plenamente adequada para atender à demanda identificada. A definição dos itens e quantidades foi realizada com base no histórico de consumo e nas projeções de necessidades para o período, garantindo que todos os insumos sejam adquiridos de forma planejada e eficiente ao longo da vigência do contrato.

Além disso, a contratação atende de forma direta e ágil aos objetivos do Programa de Incentivo à Inseminação Artificial, proporcionando um fornecimento contínuo e seguro de sêmen bovino e nitrogênio para o adequado armazenamento e utilização, conforme as exigências do projeto. A opção pela aquisição regular e planejada, ao invés do sistema de registro de preços, resulta em maior eficiência administrativa, evitando processos desnecessários e otimizando a alocação de recursos.

Portanto, a contratação está plenamente alinhada com os princípios da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente no que tange à adequação da solução proposta para a necessidade a que se destina, com a garantia de economicidade, eficiência e cumprimento dos objetivos do programa.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 30 de outubro de 2025.

JURANDIR

KUNKEL:01805259997

Assinado de forma digital por
JURANDIR KUNKEL:01805259997
Dados: 2025.10.30 10:36:03 -03'00'

Jurandir Kunkel

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Estudo Técnico Preliminar – ETP, relativo à *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 30 de outubro de 2025

JURANDIR

KUNKEL:018052599

97

Assinado de forma digital por
JURANDIR KUNKEL:01805259997
Dados: 2025.10.30 10:36:15
-03'00'

Jurandir Kunkel

**SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE**


Alta

Criar Valor ▲ Construir Confiança ▲ Entregar Resultados

Orçamento

Ao Município de Mercedes

CNPJ:95.719.373/0001-23

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	600	Doses	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	56,00	33.600,00
2	400	Doses	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	53,00	21.200,00
3	200	Doses	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	37,00	7.400,00
4	800	Doses	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	58,00	46.400,00
5	600	Doses	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	30,00	18.000,00
6	200	Doses	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	25,00	5.000,00

7	200	Doses	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	25,00	5.000,00
8	200	Doses	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	24,00	4.800,00
9	600	Doses	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	35,00	21.000,00
10	1	Unid	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	10.502,00	10.502,00
11	3500	Litros	Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino. Entregue nas propriedades com botijões conforme demanda.	12,00	42.000,00
Valor total de Duzentos e quatorze mil novecentos e dois reais					214.902,00

Identificação da Contratada	
Empresa/Razão Social:	Alta Genetics do Brasil Ltda
CNPJ:	00.771.945/0001-07
Endereço:	Rod BR 050 – km nº164, Parque Hileia, Uberaba - MG
Telefone:	(34) 3318 7727
E-mail:	licitacao@altagenetics.com.br
DADOS BANCARIOS	Banco n.: 237 BRADESCO Agência n.: 3387-1 Conta corrente n.: 157500-7
VALIDADE DA PROPOSTA	30 DIAS

Uberaba – MG, 21 de outubro de 2025.

GIOVANNI
GONCALVES
ARAUJO:47510773687

Assinado de forma digital
por GIOVANNI GONCALVES
ARAUJO:47510773687
Dados: 2025.07.21 14:14:03
-03'00'

Alta Genetics do Brasil Ltda
CNPJ: n.: 00.771.945/0001-07

19

BOVITRON COMERCIO DE PRODUTOS DE INSUMOS AGROPECUARIO S LTDA

CNPJ: 09.172.343/0001-08

END: AV. ARACY TANAKA BIAZETTO 14068 CEP.: 85.804-605

Bairro: SANTOS DO DUMONT – CASCAVEL - PARANÁ

ORÇAMENTO

Ao Município de Mercedes - PR

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555

CNPJ: 95.719.373/0001-23

Item	Qtd	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	600	Doses	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	55,50	33.300,00
2	400	Doses	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	55,00	22.000,00
3	200	Doses	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	37,00	25.90000
4	800	Doses	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	57,50	46.000,00
5	600	Doses	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	31,00	18.600,00

BOVITRON COMERCIO DE PRODUTOS DE INSUMOS AGROPECUARIO LTDA

CNPJ: 09.172.343/0001-08

END: AV. ARACY TANAKA BIAZETTO 14068 CEP.: 85.804-605

Bairro: SANTOS DO DUMONT – CASCAVEL – PARANÁ

6	200	Doses	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	27,00	5.400,00
7	200	Doses	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	26,00	5.200,00
8	200	Doses	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	25,00	5.000,00
9	600	Doses	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	34,00	20.400,00
10	1	Unidade	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	10.705,00	10.705,00
11	3500	Litros	Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino. Entregue nas propriedades com botijões conforme demanda	13,00	45.500,00

Orçamento total R\$ 238.005,00 (Duzentose trinta e oito mil e cinco reais)

VALIDADE DO ORÇAMENTO:
60 DIAS ENTREGA: 20 DIAS

Cascavel, 20 de Outubro de 2.025

Documento assinado digitalmente



OSÓRIO DE SOUZA GONÇALVES
Data: 21/08/2025 14:58:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Osório de Souza Gonçalves
Sócio Administrador

Orçamento

AO MUNICIPIO DE MERCEDES - PR

Vimos através desta, por intermédio do nosso Representante Local o Sr. Erich Botan, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 4.850.910-0 expedida pela SSP/PR, e do CPF nº 768.063.919-15, em atendimento ao disposto no mencionado orçamento, apresentar nossa proposta para sêmen bovino .

Item	Qtd	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	600	Doses	<p>Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.</p>	54,00	32.400,00
2	400	Doses	<p>Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.</p>	55,00	22.000,00
3	200	Doses	<p>Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.</p>	35,00	7.000,00
4	800	Doses	<p>Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 - TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.</p>	55,00	44.000,00
5	600	Doses	<p>Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.</p>	29,00	17.400,00
6	200	Doses	<p>Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0.5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5</p>	26,00	5.200,00

			AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.		
7	200	Doses	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	24,00	4.800,00
8	200	Doses	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	26,00	5.200,00
9	600	Doses	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	30,00	18.000,00
10	1	Unid	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	10.600,00	10.600,00
11	3500	Litros	Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino. Entregue nas propriedades com botijões conforme demanda.	13,00	45.500,00
				Total R\$	212.100,00

Dados da empresa:

Nome: VITAVET COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Endereço: RUA LILAS, 2260 , BAIRRO SANTA CATARINA -CORBELIA / PR CEP 85.420-000

CNPJ: 18.487.313/0001-81

E-mail: vitavet1@yahoo.com.br

Telefone para contato: 45 99911 1907

Validade da proposta: 30 dias

Prazo de entrega: 10 dias

Pagamento: 30 dias

Corbélia, 28 de Outubro de 2025.



Documento assinado digitalmente

ERICH BOTAN

Data: 28/07/2025 15:22:59-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Erich Botan

CPF 768.063.919-15

Vitavet Comercio de Produtos Agropecuários – EIRELI – ME CNPJ: 18.487.313/0001-81 Insc. Est. 906.36145-02

Rua Lilas, 2260 Bairro Santa Catarina Fones :45 999111907 / 3254 1588– Corbélia / PR CEP 85.420-000

E-mail: vitavet1@yahoo.com.br



NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI

Rua Graça Aranha 252 - Vargem Grande - Pinhais - Paraná - CEP 83.321-020

Fone: (41) 3278-9898 E-mail: vendas@nitrosemem.com.br

CNPJ: 85.093.524/0001-27

INSC. EST. 10189622-64

Orcamento						
AO						
Município de Mercedes - Paraná						
* Apresentamos nossa proposta para prestação do(s) serviço(s) abaixo informado(s) e ofertado(s) .						
DADOS DA EMPRESA						
Porte da Empresa: (ME) - Regime Tributario Simples						
Razão social: Nitrosemem Produtos Agropecuários LTDA CNPJ/MF: 85.093.524/00001-27						
Endereço: Rua Graça Aranha, nº 252, Bairro Vargem Grande, Cidade de Pinhais-PR						
Telefone/fax: (41) 3278-9898 - Responsável Licitação: Sandro Henrique Borella						
E-mail para contato: vendas@nitrosemem.com.br; financeiro@nitrosemem.com.br; faturamento@nitrosemem.com.br; logistica@nitrosemem.com.br						
Banco: Banco do Brasil (001) - Nº Agência: 3007-4 - C/C: 134074-3						
Administrador: Sandro Henrique Borella						
DESCRIÇÃO DO ITENS						
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca	Valor unitário	Valor Total
1	NITROGÊNIO LIQUIDO	Litros	3.500	Nitrosemem	R\$ 18,00	R\$ 63.000,00
					Total dos Itens	R\$ 63.000,00
TOTAL: R\$ 63.000,00						
EXTENSO: (Sessenta e três mil reais)						
- Declaramos que:						
- Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas de transporte, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos que os compõe.						
- O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.						
- Entregas do produto acima de acordo com os periodos de rota de abastecimento.						
- Prazo máximo para pagamento é de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.						

Pinhais, 24 de Outubro de 2025

85.093.524/0001-27
 NITROSEMEN PRODUTOS
 AGROPECUÁRIOS EIRELI
 Rua Graça Aranha, 252
 Vargem Grande - CEP 83.321-020
 Pinhais - PR


Sandro Henrique Borella
 RG. 22.237.908-X e CPF 164.023.768-25
 Sócio Administrador
 Nitrosemem Produtos Agropecuários Ltda

NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
 Rua Pernambuco - Nº 2862 - Sala 01 - Coqueiral - Fone: (45)3222-6100 - vendas@nitrotec.tec.br
 CEP - 85.807-050 - CASCAVEL PR
 CNPJ: 09.492.811/0001-21 I.E.: 904.40342-36

**ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO E INSUMOS
 PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS.**

Ao
 Município de Mercedes - PR

* Apresentamos nossa proposta para prestação do(s) serviço(s) abaixo informado(s) e ofertado(s).

DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: NITROTEC COMERCIO DE PROD AGROP LTDA - **CNPJ/MF:** 09.492.811/0001-21 **Porte da Empresa: (EPP) - Regime Tributario Simples**
Endereço: Rua PERNAMBUCO,Nº2862 - BAIRRO COUEIRAL ,SALA 01 - CIDADE CASCAVEL-PR
Telefone/fax: (45) 3222-6100
 E-mail para contato: vendas@nitrotec.tec.br;financeiro@nitrotec.tec.br;faturamento@nitrotec.tec.br;logistica@nitrotec.tec.br;
Banco: Banco do Brasil (001) - Nº Agência: 3007-4 - C/C: 136570-3

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca	Valor unitário	Valor Total
1	NITROGÊNIO LIQUIDO	Litros	3,500	Nitrotec	R\$ 17,00	R\$ 59.500,00

TOTAL: R\$ 59.500,00
EXTENSO (Cinquenta e nove mil e quinhentos reais)

- Declaramos que:

- Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas de transporte, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos que os compõe.
- O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.
- Entregas de nitrogênio de acordo com os periodos de rota de abastecimento.
- Prazo máximo para pagamento é de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

Cascavel, 25 de setembro de 2025

09.492.811/0001-21
NITROTEC COM. DE PRODUTOS
AGROPECUÁRIOS LTDA.
RUA PERNAMBUCO, 2862
COQUEIRAL - CEP 85.807-050
CASCAVEL - PR


Irene Cristina S. Kochan
Nitrotec



RAZÃO SOCIAL: **EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP**
CNPJ: **02.319.237/0001-65** INSC. EST.: **253.620.295**
END: AV. XV DE NOVEMBRO, CENTRO, PONTE SERRADA-SC – 89683-000.
E-MAIL: embriosemen@embriosemen.com.br TEL: 49 3435-0723

PÁG. 23 ASS. 

RAZÃO SOCIAL: **EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP**
CNPJ: 02.319.237/0001-65 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 253.620.295
REPRESENTANTE: SANDRO HILARIO PAVAN CPF: 560.205.031-00 RG:000772410 SSP/MS
ENDEREÇO: AV. XV DE NOVEMBRO, CENTRO – PONTE SERRADA-SC – 89683-000.
TELEFONE: 49 3435-0723 E-MAIL: atendimento@embriosemen.com.br
DADOS BANCÁRIOS Banco: **001 BB** Agência: **2479-1** Conta Corrente: **7703-8**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES - PR

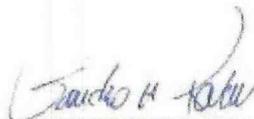
ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	V. UNIT - R\$	V. TOTAL - R\$
01	NITROGÊNIO LIQUIDO	3.500	R\$ 10,00	R\$ 35.000,00
TOTAL				R\$ 35.000,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) dias.

* **Considerar o valor unitário.**

Ponte Serrada SC, 15 de Agosto de 2025.



SANDRO HILARIO PAVAN
CPF. 560.205.031-00
RG nº 000772410 SSP/MS
Sócio Administrativo





MUNICÍPIO DE MERCEDES - ESTADO DO PARANÁ

COTAÇÃO 1:		Alta Genetics do Brasil Ltda CNPJ: 00.771.945/0001-07									
COTAÇÃO 2:		Bovitron Comercio de Produtos de Insumos Agropecuários Ltda CNPJ: 09.172.343/0001-08									
COTAÇÃO 3:		Vitavet Comércio de Produtos Agropecuários CNPJ: 18.487.313/0001-81									
COTAÇÃO 4:		Nitrosemen Produtos Agropecuários Eireli CNPJ: 85.093.524/0001-27									
COTAÇÃO 5:		Nitrotec Comércio de Produtos Agropecuários Ltda CNPJ: 09.492.811/0001-21									
COTAÇÃO 6:		Embrosemen Equipamentos Agropecuários LTDA EPP CNPJ: 02.319.237/0001-65									
Período da Pesquisa: 15/08/2025 até 28/10/2025											
Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total	Alta Genetics For. 1	Bovitron For. 2	Vitavet For. 3	Nitrosemen For. 4	Nitrotec For. 5	Embrosemen Forn. 6
1	600	Doses	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	55,17	33.102,00	56,00	55,50	54,00	0,00	0,00	0,00

2	400	Doses	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	54,33	21.732,00	53,00	55,00	55,00	0,00	0,00	0,00
3	200	Doses	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 3,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	36,33	7.266,00	37,00	37,00	35,00	0,00	0,00	0,00
4	800	Doses	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 SCORE CEL.SOMÁTICA menor ou igual a 3,10 JUÍ maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	56,83	45.464,00	58,00	57,50	55,00	0,00	0,00	0,00

5	600	Doses	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	30,00	31,00	29,00	0,00	0,00	0,00
6	200	Doses	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual a 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	26,00	27,00	26,00	0,00	0,00	0,00
7	200	Doses	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN-ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	25,00	26,00	24,00	0,00	0,00	0,00
8	200	Doses	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	25,00	25,00	26,00	0,00	0,00	0,00

9	600	Doses	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	33,00	19.800,00	35,00	34,00	30,00	0,00	0,00	0,00
10	1	Unidade	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	10.602,33	10.602,33	10.502,00	10.705,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00
11	3500	Litros	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	13,83	48.405,00	12,00	13,00	13,00	18,00	17,00	10,00

219.571,33

Cristiane K. K. Machado
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
Cristiane Karina Kamphorst Machado



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE FÉ PÚBLICA

Objeto: Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

CERTIFICO, para fins de direito, sob as penas da lei, que para compor o valor médio dos itens a serem licitados foram consultadas as seguintes fontes:

- Alta Genetics do Brasil Ltda., CNPJ nº 00.771.945/0001-07;
- Bovitron Comércio de Produtos de Insumos Agropecuários Ltda., CNPJ nº 09.172.343/0001-08;
- Vitavet Comércio de Produtos Agropecuários, CNPJ nº 18.487.313/0001-81;
- Nitrosemem Produtos Agropecuários EIRELI, CNPJ nº 85.093.524/0001-27;
- Nitrotec Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., CNPJ nº 09.492.811/0001-21;
- Embriosemen Equipamentos Agropecuários Ltda. EPP, CNPJ nº 02.319.237/0001-65

Neste processo licitatório os orçamentos foram realizados entre 15/08/2025 a 28/10/2025.

Certifico, ainda:

- a) que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;
- b) que não foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, face a multiplicidade e as características específicas do objeto a ser contratado, que dificultam e tornam morosa a realização de tal meio de pesquisa, aliado a questões de logística (distância do fornecedor em relação ao comprador);
- c) o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação;
- d) que os fornecedores consultados encaminharam orçamento.

Mercedes – PR, 30 de outubro de 2025

JURANDIR

KUNKEL:01805259997

Assinado de forma digital por
JURANDIR KUNKEL:01805259997
Dados: 2025.10.30 10:36:30 -03'00'

Jurandir Kunkel

**SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE**

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA (Processo Administrativo nº.....)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	RS Unit	RS Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Doses	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou	418846	Doses	400	54,33	21.732,00



Município de Mercedes

Pag. 30 Ass.

Estado do Paraná

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Doses	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMÁTICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00	420289	Doses	800	56,83	45.464,00



Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Doses	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0.5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439047	Doses	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	297861	Doses	200	25,00	5.000,00



Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Doses	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	412056	Doses	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	467364	Unidade	1	10.602,33	10.602,33



Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
11	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	405954	Litros	3500	13,83	48.405,00

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa e decorre de necessidades permanentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar. Destaca-se, entretanto, que o sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Na(s) tabela(s) supra constam os preços unitários e totais máximos admitidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

Decreto Municipal nº 215/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deve enviar, junto com a proposta final, a prova do touro concorrente conforme consta no cabeçario da descrição de cada item do Termo de Referência;

4.2. Quando a característica solicitada não constar na prova pedida, os fornecedores de sêmen devem apresentar outras provas ou catálogo do touro no site da empresa para comprovar TODAS as características exigidas do touro concorrente descritas no Termo de Referência;

4.3. Para a raça Holandês Preto e Branco não será aceito um mesmo touro para concorrer ao item 1 e 2, devendo ser um touro DIFERENTE para cada item;

4.4. O sêmen dos touros propostos neste certame, e dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos, seguindo abaixo a relação dos fornecedores dos últimos 6 (seis) anos a contar da data de abertura deste certame:

RAÇA	NOME DO TOURO	EMPRESA
Holandês PB	ALTA MITCHUM	Vitavet (Alta)
Holandês PB	ZEPPELING	Magu (CRV)
Jersey	DISCOVERY	Magu (CRV)
Jersey	DIXON	Progenética
Gir Leiteiro	ALTA FARAO	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MATCHUP	Magu (CRV)
Holandês PB	ALTA FRIDAY	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA CABRERA	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA MERLIN	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	ALTA FIGO BAHADUR	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MINTJULEP	Lucinir (Semex)
Holandês PB	OBJECTIVE	Progenética (Evolution)
Jersey	MARVEL	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	ALTA EURO JABAQUARA	Vitavet (Alta)
Holandês VB	PAVEL RED	Progenética (Evolution)
Holandês PB	ZEBRA	Lucinir (Semex)
Holandês PB	ANCHOR	Lucinir (Semex)
Jersey	COBALT	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	DARDO	Lucinir (Semex)
Holandês VB	BOSTOM RED	Tramontini (Genex)
Holandês PB	SEKITA BALLU	Tramontini (Genex)
Holandês PB	TIMESQUAREP	Vitavet (Alta)
Jersey	MAHOMES	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	OVINI	Tramontini (Genex)
Holandês VB	AVO RED	Vitavet (Alta)
Holandês PB	GALVESTON	Vitavet (Alta)
Holandês PB	SEKITA STARK	Vitavet (Alta)
Jersey	HORATIO	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	INPUT CAL	Vitavet (Alta)
Holandês VB	KOEPON TWISTED RED	Tramontini (Genex)
Senepol	BELA VISTA	Tramontini (Genex)

4.5. O sêmen bovino deve ser fornecido em raques finas contendo 10 (dez) palhetas (doses) cada, devidamente conservadas em nitrogênio líquido;

4.6. O nitrogênio deverá ser entregue em cada local que contenha botijão para armazenamento de sêmen, incluindo propriedades rurais, a cada 30 dias sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Estado do Paraná

INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS;

- 4.7. O prazo de entrega do SÊMEN é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Compras, de acordo com a necessidade do Município;
- 4.8. O novo botijão para armazenamento de sêmen a ser adquirido, deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato;
- 4.9. Todas as despesas relacionadas ao fornecimento do objeto, tais como embalagens, frete, dentre outras, correrão por conta da Contratada;
- 4.10. Todos os itens devem ser entregues em horário de expediente da Prefeitura de Mercedes (segunda a sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

Subcontratação

- 4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. Com exceção do nitrogênio, que deverá ser entregue a cada 30 dias, sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, **NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS**, o prazo de entrega dos demais bens é de até 15 (quinze) dias úteis dias, contados do(a) emissão da Ordem de Compras, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, ou em localidades do interior do Município de Mercedes/PR, de acordo com lista a ser fornecida pela Secretaria demandante. A entrega deverá ser efetuada em horário de expediente desta municipalidade (segunda à sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



Estado do Paraná

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.9.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

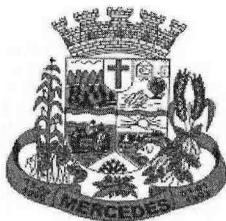
6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;



- 6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
 - 6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
 - 6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
 - 6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
 - 6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
 - 6.9.16. outras atividades compatíveis com a função.
- 6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - 6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - 6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 6.10.6. a satisfação do público usuário.
- 6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

- 6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):
- 6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 6.14.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - 6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - 6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - 6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
 - 6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de



Estado do Paraná

Contratações Públicas (PNCP);

6.14.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função;

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual



Estado do Paraná

período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado



no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

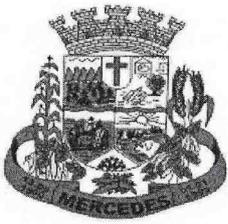
Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber



Estado do Paraná

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item.**

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será continuado e parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (conforme o caso)

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera,



com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

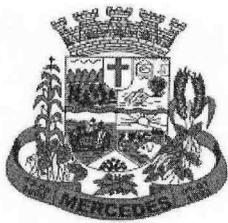
8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempresendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.



Estado do Paraná

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

(X) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. Trata-se de processo licitatório que possui como objeto simples aquisição. Diante disso, em razão da baixa complexidade, restou dispensada a elaboração da Análise de Riscos, não obstante a contratação tenha sido precedida de Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos n.º 22/2003 – Plenário; n.º 1.094/2004 – Plenário e n.º 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

12.3.1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas



em consórcio deve ser verificada caso a caso:

12.3.2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

12.3.3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, à exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

12.4.1. O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

12.4.2. Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

12.4.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

12.4.4. Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, 04 de novembro de 2025.


Camila Andreza Beyer
Assistente Administrativa



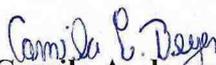
Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que o Termo de Referência – TR, relativo à *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, a partir do respectivo Estudo Técnico Preliminar - ETP, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes, 04 de novembro de 2025.


Camila Andressa Beyer
Assistente Administrativa



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

XXX/2025

CONTRATANTE (UASG)
MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR (UASG: 985531)

OBJETO:

Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 1



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR
UASG: 985531
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/2025
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's E/OU EPP's

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MERCEDES, Estado do Paraná, sediado na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n.º 555, centro, CEP 85.998-100, na Cidade de Mercedes-PR, através do Pregoeiro designado pela Portaria n.º 321/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: xx de xxxx de 20xx.

Horário: xx:xxmin (xxxxxx)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de disputa: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 11 (onze) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

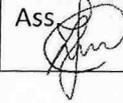
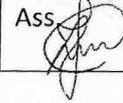
2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 2

Pag:  Ass: 



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Neste processo licitatório, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempresendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontrar, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 12 do Termo de Referência;
 - 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 3



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1.º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- ### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.12.1. deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 4

Pa g

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 5



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Marca (conforme o caso);

4.1.3. Fabricante (conforme o caso);

4.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATALOGO/ATSER e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023, deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 6

Pa g e 48
Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável e a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriamente do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas;

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9.4. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

4.13. Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/08/2025.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 7



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

4.14. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 8



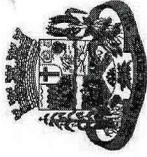
Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 9



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 10

Pag. 50

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localizar;
 - 5.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.
 - 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 11



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2025
Processo Licitatório nº XXXV/2025

proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.1.1. SICAF;
 - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
 - 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
 - 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.enj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e
 - 6.1.6. Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
 - 6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesappf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 12



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

seus anexos.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. [Indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será classificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é índice de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que compreve:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 13



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional adiantamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 14



Município de Mercedes

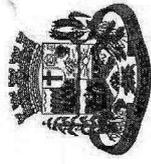
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

no objeto.

- 6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 6.20. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de xxx (....) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.
- 6.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.
- 6.22. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.
- 6.23. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 6.24. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 6.25. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 6.26. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas.
- 6.27. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.
- 6.28. Caso o novo relatório indique que a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 15



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 6.29. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
 - 6.30. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.
 - 6.31. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
 - 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
 - 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
 - 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
 - 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.
 - 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade de natureza pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
 - 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
 - 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 16

Pag.

53

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 17



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1..

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal nº 162/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 18

Pag. 54

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e/ou <http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php> ou, ainda, presencialmente, no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.
- 8.11. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuada a adjudicação e homologação do certame e assinada a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.11.1. O prazo constante do subitem 8.11 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 8.11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo



Município de Mercedes

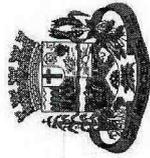
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº 046, de 24 de março de 2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Pa g. 55

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias concluídos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. As infrações relativas a fase de execução contratual, respectivas sanções e procedimento sancionador, constam da minuta do instrumento contratual, anexo deste Edital.

9.16. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração, seja na fase da licitação, seja na fase de execução contratual, poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

9.17. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

9.18. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

9.19. É responsabilidade do licitante/contratado manter atualizados os endereços e contatos

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 21



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

9.20. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se a o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 22

Pag. 56

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br/>.

11.10.1. Por força do Decreto Municipal nº 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal nº 175/2023.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

11.11.3. ANEXO III – Documento de Formalização de Demanda;

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Município de Mercedes - PR, xx de novembro de 2025.

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº)

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

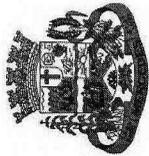
Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Doses	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS	418846	Doses	400	54,33	21.732,00

Pag. 57

Ass.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
3	ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Doses	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	420289	Doses	800	56,83	45.464,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 25



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Doses	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439047	Doses	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN-ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0;	297861	Doses	200	25,00	5.000,00

Pag. 58

Ass.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 26



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	RS Unit	RS Total
8	PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada. Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Doses	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	412056	Doses	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média)	467364	Unidade	1	10.602,33	10.602,33

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 27



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	RS Unit	RS Total
11	- no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato. Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,9999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	405954	Litros	3500	13,83	48.405,00

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa e decorre de necessidades permanentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 28



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

contratação, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar. Destaca-se, entretanto, que o sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, **NÃO DEVEM** ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Na(s) tabela(s) supra constam os preços unitários e totais máximos admitidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme Decreto Municipal nº 215/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deve enviar, junto com a proposta final, a prova do touro concorrente conforme consta no cabeçalho da descrição de cada item do Termo de Referência;

4.2. Quando a característica solicitada não constar na prova pedida, os fornecedores de sêmen devem apresentar outras provas ou catálogo do touro no site da empresa para comprovar TODAS as características exigidas do touro concorrente descritas no Termo de Referência;

4.3. Para a raça Holandês Preto e Branco não será aceito um mesmo touro para concorrer ao item 1 e 2, devendo ser um touro DIFERENTE para cada item;

4.4. O sêmen dos touros propostos neste certame, e dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, **NÃO DEVEM** ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos, seguindo abaixo a relação dos fornecedores dos últimos 6 (seis) anos a contar da data de abertura deste certame:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

RAÇA	NOME DO TOURO	EMPRESA
Holandês PR	ALTA MATILHAM	Vitavet (Alfa)
Holandês PB	ZEPPELING	Magu (CSV)
Jersey	DISCOVERY	Magu (CSV)
Jersey	DIXON	Progenética
Gr. Leiteiro	ALTA FARAO	Vitavet (Alfa)
Holandês PR	MATCHUP	Magu (CSV)
Holandês PB	ALTA FRIADY	Vitavet (Alfa)
Jersey	ALTA CABREIRA	Vitavet (Alfa)
Gr. Leiteiro	ALTA MERLIN	Vitavet (Alfa)
Holandês PB	ALTA FIGO BAHADUR	Vitavet (Alfa)
Holandês PB	MNTULUP	Lucinir (Semen)
Jersey	OBJECTIVE	Progenética (Evolucion)
Gr. Leiteiro	MARVEL	Lucinir (Semen)
Holandês PB	ALTA FERO JARDUARA	Vitavet (Alfa)
Holandês PB	PRINCE PED	Progenética (Evolucion)
Holandês PB	YARA	Lucinir (Semen)
Holandês PB	ANGHOR	Lucinir (Semen)
Jersey	CORALL	Lucinir (Semen)
Gr. Leiteiro	DARCO	Lucinir (Semen)
Holandês VB	BOSTOM RED	Tramontini (Genex)
Holandês PB	SERITA BALLU	Tramontini (Genex)
Holandês PB	TIMESQUAREP	Tramontini (Genex)
Gr. Leiteiro	MAHOMES	Vitavet (Alfa)
Holandês VB	AVO RED	Vitavet (Alfa)
Holandês PB	GALVESTON	Vitavet (Alfa)
Holandês PB	SERITA STARK	Vitavet (Alfa)
Jersey	INDIATO	Vitavet (Alfa)
Gr. Leiteiro	INDU CAL	Vitavet (Alfa)
Holandês VB	KOPFON TWISTED RED	Tramontini (Genex)
Senegal	BEAUVISTA	Tramontini (Genex)

4.5. O sêmen bovino deve ser fornecido em raques finais contendo 10 (dez) palhetas (doses) cada, devidamente conservadas em nitrogênio líquido;

4.6. O nitrogênio deverá ser entregue em cada local que contenha botijão para armazenamento de sêmen, incluindo propriedades rurais, a cada 30 dias sendo tolerável um adiantamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, **NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS;**

4.7. O prazo de entrega do SÊMEN é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Compras, de acordo com a necessidade do Município;

4.8. O novo botijão para armazenamento de sêmen a ser adquirido, deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato;

4.9. Todas as despesas relacionadas ao fornecimento do objeto, tais como embalagens, frete, dentre outras, correrão por conta da Contratada;

4.10. Todos os itens devem ser entregues em horário de expediente da Prefeitura de Mercedes (segunda a sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 e das 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 30

Pag. 50

Ass.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 29



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 5.1. Com exceção do nitrogênio, que deverá ser entregue a cada 30 dias, sendo tolerável um adiantamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS, o prazo de entrega dos demais bens é de até 15 (quinze) dias úteis dias, contados do(a) emissão da Ordem de Compras, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, ou em localidades do interior do Município de Mercedes/PR, de acordo com lista a ser fornecida pela Secretaria demandante. A entrega deverá ser efetuada em horário de expediente desta municipalidade (segunda à sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.
- Garantia, manutenção e assistência técnica**
- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).
- 6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 31



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

- 6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
 - 6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;
 - 6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
 - 6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
 - 6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
 - 6.9.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
 - 6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
 - 6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
 - 6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
 - 6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
 - 6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
 - 6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
 - 6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
 - 6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
 - 6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades;
 - 6.9.16. outras atividades compatíveis com a função.
- 6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 32

Pag. 01

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - 6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 6.10.6. a satisfação do público usuário.
- 6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- Gestor do Contrato**
- 6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

- 6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 6.14.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - 6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - 6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - 6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
 - 6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.14.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
 - 6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
 - 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.10.1. o prazo de validade;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 34

Pag.

62

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas sancionadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- Prazo de pagamento**
- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal nº 043, de 24 de março de 2023.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.
- Forma de pagamento**
- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária

(a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED ou transferência bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico. 7.24.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JF-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente inócuas todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos.

Pag.

63

Ass

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 36



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.2.8. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será continuado e parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (conforme o caso)

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 37



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal nº 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal nº 042/2023, com base na seguinte hipótese

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 38

Pa. 64

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- () I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- () III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;
- (X) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. Trata-se de processo licitatório que possui como objeto simples aquisição. Diante disso, em razão da baixa complexidade, restou dispensada a elaboração da Análise de Riscos, não obstante a contratação tenha sido precedida de Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cercá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

12.3.1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 39



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

em consórcio deve ser verificada caso a caso;

12.3.2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

12.3.3. A participação de consórcios, dada a transitividade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

12.4.1. O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

12.4.2. Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

12.4.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

12.4.4. Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, 04 de novembro de 2025.

Camila Andressa Beyer
Assistente Administrativa

Pag.

65

Ass

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 40



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: _____
Área Requisitante: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Descreva a sua necessidade:

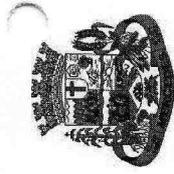
O Município de Mercedes, por meio da Lei nº 1336, de 02 de fevereiro de 2015, instituiu o programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e pecuário local. Referido programa contempla diversas ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, entre elas a disponibilização de sêmen bovino para os produtores de leite que possuam fêmeas em idade reprodutiva e que estejam devidamente cadastradas na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

O serviço de fornecimento de sêmen bovino visa a garantir o aumento da produtividade leiteira, por meio da utilização da inseminação artificial, técnica que possibilita a melhoria genética do rebanho. Além disso, contribui diretamente para a saúde do rebanho local, ao prevenir a propagação de doenças reprodutivas contagiosas, assegurando a sanidade do rebanho e a qualidade da produção. A inseminação artificial, ao permitir o controle rigoroso sobre a escolha de reprodutores geneticamente superiores, possibilita aos pecuaristas a obtenção de um rebanho com características produtivas e sanitárias mais robustas, agregando valor à atividade agropecuária do Município.

A continuidade do programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável" depende da renovação e manutenção dos insumos necessários para a execução de suas ações, especialmente a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, essenciais para a realização da inseminação artificial. A contratação desses insumos se torna imprescindível para garantir o bom andamento do programa, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, que, dentre outros, regulamenta o desenvolvimento das políticas de incentivo à inseminação bovina, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 41



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2025
Processo Licitatório nº XXXV/2025

Portanto, a aquisição do sêmen bovino e nitrogênio é necessária para a continuidade e o sucesso do programa, assegurando aos pecuaristas da municipalidade a melhoria contínua da qualidade genética e sanitária do rebanho, além de fortalecer a produção leiteira local e, consequentemente, a economia rural do Município.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme Decreto Municipal nº 215/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

A empresa deve enviar, junto com a proposta final, a prova do touro concorrente conforme consta no cabeçalho da descrição de cada item do Termo de Referência;

Quando a característica solicitada não constar na prova pedida, os fornecedores de sêmen devem apresentar outras provas ou catálogo do touro no site da empresa para comprovar TODAS as características exigidas do touro concorrente descritas no Termo de Referência. Para a raça Holandês Preto e Branco não será aceito um mesmo touro para concorrer ao item 1 e 2, devendo ser um touro DIFERENTE para cada item;

O sêmen dos touros propostos neste certame, e dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos, seguindo abaixo a relação dos fornecedores dos últimos 6 (seis) anos a contar da data de abertura deste certame.

Pag.

66

Ass

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 42



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXXX/2025

RAÇA	NOME DO TOURO	EMPRESA
Holandês PB	ALTA MUTTON	Vitawet (Arla)
Holandês PB	ALTA MUTTON	Magu (CIV)
Holandês PB	ESCOVERY	Magu (CIV)
Jersey	DIXON	Progenética
Jersey	ALTA FARAO	Vitawet (Arla)
Holandês PB	MATCHUP	Magu (CIV)
Holandês PB	ALTA FRIDAY	Vitawet (Arla)
Jersey	ALTA CABRERA	Vitawet (Arla)
Jersey	ALTA MERLIN	Vitawet (Arla)
Jersey	ALTA FIGO BAHADIR	Vitawet (Arla)
Holandês PB	MINTULEP	Luftmir (Semex)
Holandês PB	OBJECTIVE	Progenética (Evolution)
Jersey	MARVEL	Luftmir (Semex)
Gr. Leiteiro	ALTA BIRO JABAQUARA	Vitawet (Arla)
Holandês VB	PAVEL RED	Progenética (Evolution)
Holandês PB	ZERRA	Luftmir (Semex)
Holandês PB	ANCHOR	Luftmir (Semex)
Jersey	COBALT	Luftmir (Semex)
Gr. Leiteiro	DARDO	Luftmir (Semex)
Holandês VB	BOSTON RED	Tramontini (Genex)
Holandês PB	SERITA BALLO	Tramontini (Genex)
Holandês PB	TRAMPONER	Vitawet (Arla)
Jersey	OWIN	Tramontini (Genex)
Gr. Leiteiro	OWN	Tramontini (Genex)
Holandês VB	AVO RED	Vitawet (Arla)
Holandês PB	GANJESTON	Vitawet (Arla)
Holandês PB	SERITA STARK	Vitawet (Arla)
Jersey	HORATIO	Vitawet (Arla)
Gr. Leiteiro	INPUT CAL	Vitawet (Arla)
Holandês VB	KOEPON TWISTED RED	Tramontini (Genex)
Senepol	BELA VISTA	Tramontini (Genex)

O sêmen bovino deve ser fornecido em raques finas contendo 10 (dez) palhetas (doses) cada, devidamente conservadas em nitrogênio líquido;

O nitrogênio deverá ser entregue em cada local que contenha botijão para armazenamento de sêmen, incluindo propriedades rurais, a cada 30 dias sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS;

O prazo de entrega do SÊMEN é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Compras, de acordo com a necessidade do Município;

O novo botijão para armazenamento de sêmen a ser adquirido, deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato;

Todas as despesas relacionadas ao fornecimento do objeto, tais como embalagens, frete, dentre outras, correrão por conta da Contratada;

Todos os itens devem ser entregues em horário de expediente da Prefeitura de Mercedes (segunda a sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS
Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). A classificação dos bens e serviços, se comuns ou especiais, define a modalidade da licitação.

Indique os quantitativos:
Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXXX/2025

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Sêmen bovino da raça Holandês Preto e branco	Doses	600
2	Sêmen bovino da raça Holandês Preto e branco	Doses	400
3	Sêmen bovino da raça Holandês Vermelho e branco	Doses	200
4	Sêmen bovino da raça Jersey	Doses	800
5	Sêmen bovino da raça Gir Leiteiro	Doses	600
6	Sêmen bovino da raça Senepol	Doses	200
7	Sêmen bovino da raça Nelore mocho	Doses	200
8	Sêmen bovino da raça Tabapuã	Doses	200
9	Sêmen bovino da raça Aberdeen Angus	Doses	600
10	Botijão para armazenamento	Unidade	1
II	Nitrogênio líquido	Litros	3500

Classificação dos bens/serviços:

(X) Comuns.
() Especiais.
(X) Continuação.
() Não continuado.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O fornecimento pretendido é classificado como continuado, uma vez que a aquisição/contratação é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas.

A quantidade estimada nesse processo foi calculada com base na demanda dos últimos dois anos e também na quantidade de fêmeas em idade reprodutiva cadastradas na Campanha de Atualização de rebanho da ADAPAR realizada nos meses de maio e junho, acrescentando pequena margem caso haja um aumento na quantidade de animais, pois o número de fêmeas é variável a cada ano.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

(X) Plurianual
() Não plurianual.

Justificativa: A vigência plurianual, por seu turno, representa maior vantagem econômica, uma vez que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação. Destaca-se, entretanto, que o sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id Descrição da solução (ou cenário)

1 Realização de Pregão Eletrônico para aquisição dos materiais necessários.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A solução atenderá a demanda trazendo economia para a Administração?	Solução 1	X		
A solução possui respaldo legal para realização?	Solução 1	X		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A solução 1, única identificada na presente demanda, é viável e vantajosa à Administração. Isso porque, possibilitará a escolha da proposta mais vantajosa, proporcionando economia e eficiência, além de atender integralmente a demanda.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)

Parâmetros utilizados: Pesquisa de mercado, junto à fornecedores do ramo.

Metodologia utilizada: Média entre os valores obtidos.

Com base na estimativa do valor da contratação, a licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassaram o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

Descreva a solução como um todo:

Após o estudo comparativo das soluções de mercado, identificou-se apenas uma capaz de atender integralmente e de forma satisfatória a demanda do ente municipal, qual seja, a aquisição dos materiais através da realização de Pregão Eletrônico, de modo a proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 45



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Justificativa do parcelamento:

No presente processo houve a observância do princípio do parcelamento. Isso porque, a licitação será realizada "por itens", sem agrupamentos, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

As recargas de nitrogênio são realizadas de forma parcelada, com a aquisição a cada 30 dias para o reabastecimento dos botijões que armazenam o sêmen, conforme o nível de nitrogênio vai diminuindo. As raças bovinas para as quais forem adquiridas mais de 500 doses poderão ter o pagamento parcelado, devido à capacidade limitada de armazenamento dos botijões. Com raques grossas, cada botijão comporta no máximo 500 doses por caneco, podendo atingir até 600 doses quando se utilizam raques finas.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva os resultados esperados:

Os resultados pretendidos com a implementação do Programa de Incentivo à Inseminação Artificial visam não apenas o aprimoramento genético do rebanho bovino do município, mas também o aumento da produtividade e da rentabilidade dos produtores. A disponibilização de sêmen bovino de alta qualidade e o fornecimento de nitrogênio para sua conservação serão fatores determinantes para alcançar esses objetivos. Espera-se que, ao longo da execução do programa, ocorra uma melhoria significativa na qualidade dos animais, com a produção de novos indivíduos mais adaptados e produtivos, tanto para a produção de carne quanto para a de leite. Esse avanço genético, aliado ao aumento das taxas de natalidade e ao melhoramento das características reprodutivas, deverá proporcionar um crescimento no volume de produção e uma maior eficiência na exploração dos rebanhos.

Além disso, o programa contribui para a modernização da pecuária local ao estimular o uso de tecnologias reprodutivas de ponta, como a inseminação artificial, que permite aos produtores acessar material genético superior sem a necessidade de grandes investimentos em touros de alto valor. Com isso, o produtor poderá aprimorar seu rebanho de maneira mais rápida e a um custo mais baixo, ampliando sua competitividade no mercado.

Outro resultado esperado é o fortalecimento da capacidade técnica dos produtores, que terão acesso à orientação especializada sobre o uso da inseminação artificial, bem como sobre as melhores práticas de manejo do rebanho. Essa capacitação prática pode se refletir na melhoria do desempenho geral das propriedades rurais, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor.

No que tange à economicidade, a execução do programa deve resultar em um uso mais eficiente dos recursos públicos, com a aquisição dos insumos (sêmen e nitrogênio) de maneira planejada e otimizada. A gestão do programa, com o fornecimento dos insumos de acordo com a demanda local, assegurará que os recursos sejam utilizados de forma racional, evitando desperdícios e garantindo que a política pública tenha um impacto positivo sobre os pequenos e médios

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 46

Pa
ge

68

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

produtores rurais do município.

Em termos financeiros, o programa deve gerar um retorno substancial para a economia local, ao aumentar a produtividade dos rebanhos e, consequentemente, a rentabilidade das propriedades. Esse incremento no desempenho econômico se reflete no aumento da oferta de produtos de origem bovina de melhor qualidade, o que pode contribuir para o fortalecimento da pecuária do município e sua inserção em mercados mais exigentes, gerando mais empregos e movimentando a economia rural.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva as providências prévias:

Não foram identificadas providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Não há.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva impactos e medidas:

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da aquisição que se pretende.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços: A definição dos itens e das quantidades para este processo licitatório foi realizada com base nas demandas atendidas nos últimos anos, o que proporciona uma estimativa precisa e confiável das necessidades para a execução do programa. Dado o histórico de consumo e a natureza específica dos insumos, é possível afirmar que todos os itens serão integralmente adquiridos ao longo da vigência do contrato e utilizados em sua totalidade até o momento da próxima licitação. Dessa forma, não há necessidade



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

de recorrer ao sistema de registro de preços, uma vez que a previsão de consumo é clara e o volume de aquisição está totalmente alinhado com as necessidades do projeto, garantindo eficiência e a plena execução do programa sem a sobrecarga administrativa que o registro de preços poderia acarretar.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo: Considerando a análise detalhada das necessidades do programa e especificidade dos insumos requeridos, conclui-se que a contratação direta dos itens necessários, sem a utilização do sistema de registro de preços, é plenamente adequada para atender à demanda identificada. A definição dos itens e quantidades foi realizada com base no histórico de consumo e nas projeções de necessidades para o período, garantindo que todos os insumos sejam adquiridos de forma planejada e eficiente ao longo da vigência do contrato.

Além disso, a contratação atende de forma direta e ágil aos objetivos do Programa de Incentivo à Inseminação Artificial, proporcionando um fornecimento contínuo e seguro de sêmen bovino e nitrogênio para o adequado armazenamento e utilização, conforme as exigências do projeto. A opção pela aquisição regular e planejada, ao invés do sistema de registro de preços, resulta em maior eficiência administrativa, evitando processos desnecessários e otimizando a alocação de recursos.

Portanto, a contratação está plenamente alinhada com os princípios da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente no que tange à adequação da solução proposta para a necessidade a que se destina, com a garantia de economicidade, eficiência e cumprimento dos objetivos do programa.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 30 de outubro de 2025.

Jurandir Kunkel
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ANEXO III DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes/PR
Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
Responsável pela Elaboração do Documento: Cristiane Karina Kamphorst Machado
E-mail: agricultura@mercedes.pr.gov.br Telefone: (45) 3256-8014
<p>1. Objeto (o que - descrição sucinta): Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.</p>
<p>2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): O Município de Mercedes, por meio da Lei nº 1336, de 02 de fevereiro de 2015, instituiu o programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e pecuário local. Referido programa contempla diversas ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, entre elas a disponibilização de sêmen bovino para os produtores de leite que possuam fêmeas em idade reprodutiva e que estejam devidamente cadastradas na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). O serviço de fornecimento de sêmen bovino visa a garantir o aumento da produtividade leiteira, por meio da utilização da inseminação artificial, técnica que possibilita a melhoria genética do rebanho. Além disso, contribui diretamente para a saúde do rebanho local, ao prevenir a propagação de doenças reprodutivas contagiosas, assegurando a sanidade do rebanho e a qualidade da produção. A inseminação artificial, ao permitir o controle rigoroso sobre a escolha de reprodutores geneticamente superiores, possibilita aos pecuaristas a obtenção de um rebanho com características produtivas e sanitárias mais robustas, agregando valor à atividade agropecuária do Município. A continuidade do programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável" depende da renovação e manutenção dos insumos necessários para a execução de suas ações, especialmente a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, essenciais para a realização da inseminação artificial. A contratação desses insumos se torna imprescindível para garantir o bom andamento do programa, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, que, dentre outros, regulamenta o desenvolvimento das políticas de incentivo à inseminação bovina, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente. Portanto, a aquisição do sêmen bovino e nitrogênio é necessária para a continuidade e o sucesso do programa, assegurando aos pecuaristas da municipalidade a melhoria contínua da qualidade genética e sanitária do rebanho, além de fortalecer a produção leiteira local e,</p>



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

consequentemente, a economia rural do Município.

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50	418846	Dose	400	54,33	21.732,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

	ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.				
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	200	36,33
					7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMÁTICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00	420289	Dose	800	56,83
					45.464,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 51



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

	TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.				
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Dose	600	30,00
					18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Geneplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439047	Dose	200	26,00
					5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN-ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	297861	Dose	200	25,00
					5.000,00

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 52



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Dose	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	412056	Dose	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para	467364	Unid	1	10.602,33	10.602,33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

uso imediato.						
Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 GMOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	11	405954	Litro	3500	13,83	48.405,00

Justificativo do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo):

O quantitativo foi definido com base na quantidade de fêmeas em idade reprodutiva cadastradas na campanha de atualização de rebanho de maio e junho de 2025 na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):
R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)

5. Previsão da data desejada para a contratação:
01 de dezembro de 2025.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:
() Baixa () Média () Alta (X) Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:
() SIM – Qual:
(X) NÃO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:
02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903
Fonte de Recurso: 505

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):
(X) SIM () NÃO
Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): Contratação de objeto de baixa complexidade.

Mercedes-PR, 30 de outubro de 2025.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:
Secretário da Pasta Interessada: Jurandir Kunkel

Assinatura: _____

1 § 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:
I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
II - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;
III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;
IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.
Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 155



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º/2025,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MERCEDES - PR E A
EMPRESA

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Laerton Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXX, CNPJ n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada na Rua/Av. xxxxxxxxxxx xxx, n.º xxx, bairro xxxx, CEP xxx.xxx-xxx, na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxx xxxxxxxxxxx, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx/2025 e em observância as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxx/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00	418846	Dose	600		

Pag. 73
Ass.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 56



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
2	ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada. Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	400		
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS	418846	Dose	200		

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 57



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXI/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
4	VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 3,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada. Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMÁTICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	420289	Dose	800		
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10,000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Dose	600		
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Geneplus, não	439047	Dose	200		

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 58

Pag. 74

Ass



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
7	inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	297861	Dose	200		
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Dose	200		
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características:	412056	Dose	600		

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
10	TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	467364	Unid	1		
11	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	405954	Litro	3500		



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital de Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**
- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado do data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.1.2. O sêmen dos touros que servirá ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**
- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**
- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**
- 5.1. O valor total da contratação é de R\$. (....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
6. **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**
- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 61



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**
- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/08/2025.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**
- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente imperinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 62

Pag.

76

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 63



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 64

Pag. 64

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

- i. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato;
- iii. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato;
- iv. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato;
- v. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato;
- vi. Para infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 66



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11.11. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

11.12. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

11.13. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.14. É responsabilidade do contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

11.15. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 66

Pag. 78

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXXX/2025

- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**
- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.
- 12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.
- 12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**
- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.**
- Elemento de Despesa: 3390329903**
- Fonte de Recurso: 505**
- Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 67



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXXX/2025

- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**
- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**
- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**
- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei nº 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal nº 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.
- 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)**
- Fica eleito o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- Mercedes/PR, em xx de xxxxxxxx de 2025.
- Município de Mercedes**
CONTRATANTE
- Xxxx**
CONTRATADA
- Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 68



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2025
Processo Licitatório nº XXX/2025

TESTEMUNHAS:

Xxx

Xxx

Pag.

80

Ass



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE EDITAL E MINUTAS

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que na elaboração do Edital, e da minuta do Instrumento Contratual, relativos à *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, foram utilizadas as minutas padronizadas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 05 de novembro de 2025

LAERTON

WEBER:045304219

88

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2025.11.05 10:36:58
-03'00'

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE DESPESA ORDINÁRIA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que a contratação pretendida relativa à aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR, se trata de despesa administrativa considerada ordinária, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mercedes – PR, 05 de novembro de 2025.

EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por

EDSON KNAUL:88632350900

Dados: 2025.11.05 10:37:11

-03'00'

Edson Knaul

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ofício n.º 211/2025

Mercedes, 07 de novembro de 2025.

Exmo. Senhor Prefeito

Pelo presente solicito a Vossa Excelência a competente autorização para abertura de Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, que tem por objeto a *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.*

Outrossim, informo a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Processo Licitatório supra indicado. O pagamento será efetuado através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505

Anexo ao presente, a Portaria n.º 321/2025, na qual está designado o Agente de contratação/Pregoeiro, bem como os membros da Equipe de Apoio, a qual deverá ter sido publicada no Diário Oficial, anteriormente à publicação do Extrato de Edital de Licitação

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

EDSON
KNAUL:8863235090
0

Assinado de forma digital por
EDSON KNAUL:88632350900
Dados: 2025.11.07 10:37:29
-03'00'

Edson Knaul
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DE: EDSON KNAUL – Secretário de Planej. Adm. e Finanças

PARA: LAERTON WEBER – Prefeito



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 321/2025.
DATA: 17 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no Artigo 71, II, "a" e "c" da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de se designar Agente de Contratação/Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, para a realização de licitações e contratações diretas nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR Jaqueline Stein, matrícula n° 58629, como Agente de Contratação/Pregoeira Titular, e Jéssica Gabriele Finckler, matrícula n° 86010, como Agente de Contratação/Pregoeira Suplente, para a realização de licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Os certames deverão ser conduzidos pela Agente de Contratação/Pregoeira Titular e, em seu impedimento ou ausência, pela Suplente.

Art. 2º. Para compor a Equipe de Apoio ficam designados Felipe Kauan Weber, matrícula n° 141712; Camila Andressa Beyer, matrícula n° 182451; Nilma Eger, matrícula n° 38385; Dyeiko Allann Henz, matrícula n° 104426; e Sidiane Weiss, matrícula n° 51683.

Art. 3º. Fica revogada a partir desta data a portaria n°169/2023.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 17 de abril de 2025.

LAERTON

Assinado de forma digital por LAERTON

WEBER:045

WEBER:04530421988

30421988

Dados: 2025.04.17

16:03:00'

PREFEITO

Publicado dia:17/04/2025 - Edição 4089

Diário Oficial Eletrônico: www.mercedes.atende.net/diariooficial/edicao

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Objeto: Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./etc.)
Houve abertura de processo administrativo?i	Não	Posterior a este documento
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?ii	Sim	Pregão Eletrônico – conforme capa e pág 02 do Edital
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?iii	Sim	Portaria 321/2025
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? iv	Sim	
Consta Documento de Formalização de Demanda (DFD)?v	Sim	Pág 49 a 55 do Edital
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?vi	Não se aplica	Decreto Municipal 215/2024
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?vii	Sim	Certidão de Despesa Ordinária
Há Estudo Técnico Preliminar (ETP)?viii	Sim	Pág 41 a 48 do Edital
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?ix	Sim	
Há Análise de Riscos?x	Não	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?xi	Sim	Item 9 do DFD
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?xii	Sim	Item 12 do ETP
Há Termo de Referência (TR)?xiii	Sim	Pág 24 a 40 do Edital



Município de Mercedes

Estado do Paraná

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./etc.)
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizadas de Termos de Referência da Procuradoria Jurídica do Município, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?xiv	Sim	Certidão de Fé Pública
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	Não houve alterações
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação, adequação orçamentária, especificação do produto, indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo (quando for o caso), especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica (quando for o caso), avaliação da necessidade de inserir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste (quando for o caso)? xv	Sim	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?xvi?	Não se aplica	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Não se aplica	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$343.249,96 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?xvii	Não se aplica	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Procuradoria Jurídica do Município, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?xviii	Sim	Certidão de Fé Pública
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? xix	Sim	

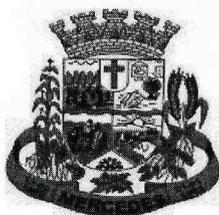


Município de Mercedes

Estado do Paraná

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./etc.)
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? xx	Não se aplica	
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?xxi	Sim	Certidão de Fé Pública
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Sim	Item 2.5 do Edital
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? xxii	Sim	Item 4.13 do Edital
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? xxiii	Não se aplica	
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? xxiv	Sim	Item 12 do TR

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?xxv	Sim	Planilha
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? xxvi	Sim	Certidão de Fé Pública
Foi certificado que o preço estimado foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? xxvii	Sim	Certidão de Fé Pública
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados?	Não se aplica	

**Município de Mercedes****Estado do Paraná**

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./SEI)
xxviii		
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 1º do Decreto n.º 036/2023? xxix	Sim	
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? xxx	Sim	Certidão de Fé Pública
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? xxxi	Não se aplica	Certidão de Fé Pública
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? xxxii	Sim	Há 03 orçamentos para o objeto
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? xxxiii	Sim	Certidão de Fé Pública
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? xxxiv	Sim	Certidão de Fé Pública
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do	Sim	Certidão de Fé Pública



Município de Mercedes

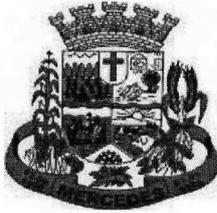
Estado do Paraná

Pag. 89

Ass.

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./SEI)
objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?xxxv		
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?xxxvi	Sim	Os consultados responderam
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?xxxvii	Não	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?xxxviii	Não se aplica	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>AQUISIÇÕES</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? xxxix	Sim	Item 1.4 do TR
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? xl	Sim	Certidão de Fé Pública
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?xli	Sim	Item 13 do ETP
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?xlii	Sim	Item 3 do DFD
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?xliiii	Não se aplica	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?xliv	Sim	Item 8 do ETP
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Não se aplica	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls./SEI etc.)
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Não se aplica	
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?xlv	Sim	Certidão de Despesa Ordinária
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?xlvi	Sim	Item 3 do DFD
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?xlvii	Não se aplica	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?xlviii	Não se aplica	
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens (quando houver a opção de compra ou locação do objeto)?xlix	Sim	Item 5 combinado com o Item 7 do ETP

Mercedes/PR, em 07 de novembro de 2025.

Felipe Kauan Weber

Membro da Equipe de Apoio



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PARECER JURÍDICO INICIAL (Fase Interna Preparatória)

I – RELATÓRIO.

Trata-se de procedimento administrativo licitatório encaminhado a este órgão consultivo, para análise da regularidade jurídica do procedimento e da minuta de Edital de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento a ser utilizado o Menor Preço por item, que tem por objeto a “Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para a execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336 de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR”, no valor total preliminar estimado de R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), com grau de prioridade MUITO ALTA, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda (fls. 02-08).

O presente caderno licitatório encontra-se atualmente instruído com os seguintes documentos, para subsidiar à presente análise jurídica consultiva:

- Documento de formalização de demanda (fls.02-08);
- Certidão de adoção ao modelo DFD (fls.09);
- Estudo Técnico Preliminar (fls.10-16);
- Certidão de adoção ao modelo de ETP (fls. 17);
- Orçamentos e Pesquisa de Preços (fls.18-23);
- Cotação e elaboração de Planilha de preços (fls. 24-27);
- Certidão de Fé Pública (fls. 28);
- Termo de Referência (fls.29-44);
- Certidão de adoção de modelo TR (fl.45);
- Minuta de Edital de Pregão e Contrato com os anexos (fls.46-80);
- Certidão de Adoção de Modelo de Minuta de Edital (fl.81);
- Certidão de Despesa Ordinária (fl.82);



Município de Mercedes

Estado do Paraná

- Ofício 211/2025 ao Exmo. Sr. Prefeito, Fonte Recursos (fls.083);
- Portaria 321/2025, designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio (fl.84);
- Lista de Verificação da Regularidade Processual (fls.85-90);

Por razões de economia processual, documentos não mencionados anteriormente serão devidamente referenciados ao longo do parecer jurídico caso haja necessidade. Em síntese, este é o relatório do *Parecer Jurídico Inicial*.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO.

Dos limites da análise jurídica.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme diz o art. 53, §4.º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa maneira, não há uma determinação legal para impor uma fiscalização posterior de cumprimento das recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador optar por não atender as orientações do Órgão Consultivo, deverá justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, isto em face do princípio da motivação dos atos administrativos.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Ressalte-se ainda que o exame aqui empreendido se restringe unicamente aos aspectos jurídicos do procedimento licitatório, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, econômica e financeira, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, demandas, requisitos, preço, valores econômicos e especificações diversas. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a *Autoridade Competente* dotada de poder decisório, se municiará dos conhecimentos técnicos específicos e imprescindíveis para a adequação da contratação às reais necessidades da Administração Pública Municipal.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Feita a ressalva, passa-se então à análise estritamente jurídica do presente procedimento licitatório de Pregão Eletrônico.

Da previsão da contratação no Plano de Contratação Anual (PCA).

Um *Plano de Contratações Anual* (PCA), é um documento de governança que consolida e auxilia nas compras e contratações futuras de um órgão público. É uma ferramenta obrigatória sob os dogmas trazidos pela nova lei de licitações, que visa racionalizar os processos licitatórios, e ajuda a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e aumentar a transparência das contratações. Vejamos o art.12 da Lei Federal nº 14.133 de 2021:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

(...)

Conforme consta no tópico nº 02 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls.10-16), por indicação do chefe do Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 37 do Decreto Municipal n.º 031, de 24 de março de 2023, com a redação dada pelo Decreto Municipal n.º 242, de 22 de dezembro de 2023, e alteração dada pelo Decreto municipal 215 de 06 de dezembro de 2024, que o Plano de Contratações Anual está dispensado para o exercício de 2024 e 2025.

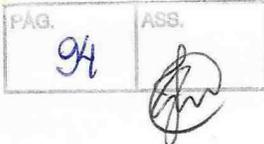
Da utilização do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação.

Nota-se através dos autos, que o Pregão Eletrônico é a modalidade de licitação escolhida mais adequada para a tramitação deste certame, pois conforme a classificação do *Objeto* trazida no tópico nº 04 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls. 10-16) trata-se de uma aquisição de Bens Comuns Continuado Plurianual tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme preconiza o art. 6º, incisos XIII e XLI, combinado com o art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021.



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

(...)

Como destacado, à luz do art. 6º, XLI da Lei nº 14.133 de 2021, somente é possível licitar o presente *Objeto* que restou classificado sob o critério de julgamento *Menor Preço* ou *Maior Desconto*, através da modalidade de *Pregão*, no presente certame em curso o critério de julgamento adotado pela Administração Pública Municipal é o de *Menor Preço*.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Conforme preconiza o art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023, o Sistema de Registro de Preços - SRP – será adotado, preferencialmente:

I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em análise, verifica-se que a Administração Pública Municipal justificou de forma clara, no tópico nº 013 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls.10-16), pois “*A definição dos itens e das quantidades para este processo licitatório foi realizada com base nas demandas atendidas nos últimos anos, o que proporciona uma estimativa precisa e confiável das necessidades para a execução do problema (...)*”.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.

95

ASS.

III - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

Documentos necessários para o planejamento de uma contratação.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, também conhecida como a nova lei de licitações, a Administração Pública deverá produzir alguns principais documentos antes de efetivar a contratação, ou seja, ainda durante a *Fase de Planejamento da Contratação*, sendo eles:

- a) Documento para Formalização da Demanda;
- b) Estudo Técnico Preliminar;
- c) Mapa (s) de Risco;
- d) Termo de Referência.

Dito isso, percebe-se que tais documentos foram respectivamente juntados a este caderno licitatório, com exceção do (s) mapa (s) de risco, porquanto dispensada a análise de riscos nos termos do art. 7º, § 7º IV, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e conforme demonstrado no tópico n.º 09 do *Documento de Formalização de Demanda* (fls. 02-08), e no tópico n.º 10, IV, do *Termo de Referência* (fls.29-44) esclarecendo ser o objeto contratado de “baixo valor e de baixa complexidade”.

Embora estes sejam documentos de natureza essencialmente técnica, com base nos dispositivos da legislação, faremos algumas observações e apontamentos apenas a título de orientação jurídica.

Documento de Formalização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar.

Da análise do *Documento de Formalização da Demanda* (fls. 02-08), percebe-se que aparentemente foram contemplados os conteúdos do art. 6º do Decreto Municipal n.º 031, de 2023, especialmente expondo no tópico n.º 02 a justificativa da necessidade da contratação, e no tópico n.º 03 a descrição sucinta do Objeto a ser contratado.

Em relação ao *Estudo Técnico Preliminar* (fls.10-16) a Lei Federal n.º 14.133, de 2021 traz no seu art. 18, I, e §1º, combinado com o art. 7º do Decreto Municipal n.º 031 de 2023, ambos estabelecem que a Administração Pública Municipal deverá elaborar um *Estudo Técnico Preliminar* da contratação, visando a viabilidade da contratação pública pretendida.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Tal documento também foi definido pela legislação, como primeira parte da etapa do planejamento de uma contratação pública, que caracteriza de um modo geral o interesse público envolvido; demonstrando o problema a ser resolvido e a melhor solução para a demanda. Caso, ao final do estudo técnico, haja conclusão pela viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, o *Estudo Técnico Preliminar* deverá fundamentar o *Termo de Referência*, conforme preconiza o art. 7º do Decreto municipal nº 031, de 2023 c/c o artigo 6º, inciso XX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XX - Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

(...)

A área técnica específica deverá analisar e certificar-se de que o estudo técnico preliminar traz os conteúdos previstos no art. 7º, do Decreto municipal nº 031, de 2023. Destaque-se ainda, que em especial, o art. 7º, §1º, do Decreto nº 031, de 2023 estabelece que os estudos preliminares, obrigatoriamente, deverão conter:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis para a contratação, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada, quando couber, dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Em uma eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos no art. 7º, do Decreto nº 031, de 2023, a Administração Pública deverá justificar no próprio documento licitatório, os motivos da imprevisão. No caso em análise, verifica-se que a Administração Pública Municipal juntou o *Estudo Técnico Preliminar*, e percebe-se que o referido documento aparentemente contém, em geral, os elementos exigidos pela legislação e também pelo Decreto municipal nº 031, de 2023.

Gerenciamento de Riscos.

Cabe pontuar neste tópico, que “Mapa de Riscos” não se confunde com “Cláusula de Matriz de Risco”, a qual será tratada quando da minuta de contrato e é considerada como a caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em que se aloca, de forma prévia e acertada, a responsabilidade das partes por possível ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Assim, a elaboração do “Mapa de Riscos” nesse caderno licitatório foi dispensada, com base na hipótese do inciso IV do tópico nº 010 do *Termo de Referência* (fls. 29-44) esclarecendo no *subitem 10.1.1* que se trata de baixo valor e de baixa complexidade.

O Gerenciamento de Risco se materializa pelo denominado “Mapa de Riscos”. Quanto ao mapa de riscos, percebe-se que também não foi juntado aos autos, porquanto dispensada a análise de riscos nos termos do art. 7º, § 7º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 031/2023, e também do art. 2º, § 2º, inciso IV do Decreto Municipal nº 042/2023, por se tratar da contratação de objeto de baixo valor e de baixa complexidade, conforme já mencionado anteriormente.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Termo de Referência.

Inicialmente, cabe mencionar que é recomendável a utilização do modelo de *Termo de Referência* disponibilizado pela Procuradoria Jurídica, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise jurídica-consultiva, conforme trata o art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

IV - Instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

Recomenda-se, ainda, que eventuais alterações realizadas no modelo padronizado de *Termo de Referência* sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo conforme trata o art. 19, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, afim de facilitar a análise consultiva.

Posto isso, o art. 6º, XXIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, define o *Termo de Referência* como documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Em se tratando de compras, a análise deve ainda levar em consideração o art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, que dispõe que o *Termo de Referência* deverá conter, além dos elementos previstos acima, as seguintes informações. Vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)

Lembrando sempre da existência e da aplicação do *Catálogo Eletrônico*, e que a não utilização do catálogo eletrônico de padronização é uma situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação quando for o caso, conforme trata o art. 6º, LI, combinado com art. 19, II, e § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

LI - catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação;

(...)

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

(...)

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

(...)

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o *Termo de Referência* contemplou, em geral, as exigências contidas na legislação acima citada, e que foi



Município de Mercedes

Estado do Paraná

utilizado o catálogo eletrônico de material sob CATMAT, conforme as especificações descritas no tópico nº 03 do *Documento de Formalização de Demanda* (fls.02-08).

Apenas para registro formal, destacamos também que foi fixado no edital de publicação, o preço unitário máximo de cada *item* e também do valor máximo total do certame, conforme trata o art. 6º, XXIII, "i", combinado com o art. 23, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Vejamos:

Art. 6º- Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

(...)

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

(...)

Art. 23- O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas.

Como vem se consolidando com o passar do tempo, a justificativa da necessidade da contratação pública constitui uma questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, não deve esta *Procuradoria Jurídica Municipal* se pronunciar conclusivamente acerca do *Mérito* (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e tampouco das opções e escolhas feitas pelo administrador e gestor dos recursos financeiros, exceto na hipótese de clara afronta aos preceitos legais, o que não nos parece ser o caso desta contratação pública.

Inobstante, observe-se conforme a legislação, que são vedadas especificações de objeto em edital que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização conforme o art. 9º, da Lei nº 14.133/2021. Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações do objeto correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração Pública Municipal.

[Signature]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a)** comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
 - b)** estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
 - c)** sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- (...)

Ainda sobre esse tema, vale destacar que, caso as especificações somente possam ser atendidas por uma quantidade de fornecedores considerada restrita, deverá ser avaliada a pertinência de retirar ou flexibilizar tais requisitos, de modo que se possa manter apenas aqueles requisitos considerados indispensáveis para a solução do problema, preservando assim a competição do certame licitatório.

Parcelamento da contratação e a regra geral da adjudicação por Itens.

Outro ponto relevante diz respeito ao princípio do *Parcelamento do Objeto* a ser contratado em licitações públicas. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é de se realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso de contratação de compras de bens, para a aplicação do *Princípio do Parcelamento*, deverão ser considerados alguns quesitos básicos, conforme consta no art. 40, V, “b”, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021. Vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - Atendimento aos princípios:

b - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

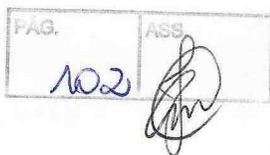
I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e



Município de Mercedes

Estado do Paraná



III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ademais, a legislação atual também preconiza que o *Princípio Parcelamento* não será adotado quando, nos termos do art. 40, § 3º, Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Dito isso, verifica-se que o instrumento convocatório prevê a adjudicação do objeto em (11) onze *Itens*, sendo ele, *Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para a execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336 de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, conforme consta no tópico nº 001 do *Documento de Formalização de Demanda* (fls.02-08).

Crítérios e práticas de Sustentabilidade nas contratações.

Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade, a legislação trata no art. 5º; artigo 11, inciso IV; art. 18 §1º inc. XII e §2º, todos da Lei nº 14.133/2021, que deverão ser tomados alguns cuidados gerais no que diz respeito ao princípio do *Desenvolvimento Nacional Sustentável*, inclusive por meio da priorização de aquisições de produtos reciclados e/ou recicláveis, nesse sentido, também trata o art. 7º, XI, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(...)

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

Assim, quando for necessário, as especificações devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração Pública na medida do possível formular



Município de Mercedes

Estado do Paraná

as exigências de modo a não frustrar a competitividade do certame. Se a Administração Pública entender que os bens e serviços se sujeitam aos critérios de sustentabilidade, ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração Pública Municipal, tratou do referido assunto, no tópico nº 12 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls.10-16) onde especifica que “*não foram identificados impactos ambientais decorrentes da aquisição que se pretende(...)*”.

Tal análise ambiental, demonstra ser de cunho eminentemente técnico, pois, compete a unidade requisitante, bem como a empresa contratada, demonstrar tal segmento, não cabendo assim ao parecerista jurídico realizar juízo de valor acerca da existência, ou não, de impactos ambientais a serem tratados na aquisição destes *bens comuns continuados plurianuais*.

Dos Orçamentos da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de Planilhas.

Quanto aos orçamentos apresentados, é dever da Administração Pública, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e dos preços unitários e do preço total da contratação, conforme preconiza o art. 6º, XXIII, alínea "i", já citado anteriormente, e no art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133/2021. Vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

IV - O orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

(...).



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Partindo da premissa de que a Administração Pública Municipal se utiliza da natureza estritamente técnica para a elaboração dos seus orçamentos, e na pesquisa de preços, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual, deixará de ser examinada por esse órgão jurídico consultivo. Ressalta-se, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com o que preconiza o Decreto Municipal n.º 036, de 2023. Vejamos:

Art. 1º - No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados, sempre que possível, de forma combinada:

I - A composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços oficiais para objetos em geral, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - A pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná; e

VI - Os preços de tabelas oficiais.
(...)

Verifica-se nos presentes autos que se trata de um certame com 011 onze *itens*, assim foi aferido o valor unitário, e o custo total da contratação no tópico n.º 09 do *Termo de Referência* (fls.29-44), informações essas, aferidas a partir dos dados coletados por meio de pesquisas junto aos potenciais fornecedores que atuam no respectivo ramo específico.

Orienta-se, contudo, que nas licitações futuras, se procure ampliar e diversificar as fontes de pesquisa de preços, na forma do que trata o Decreto Municipal n.º 036, de 2023, de



Município de Mercedes

Estado do Paraná

maneira a se criar e manter uma cesta de preços ideais, bem como um banco de dados para colaborar com as futuras aquisições.

Designação formal do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

Tal exigência foi atendida, pois houve juntada, à fl. nº 084, um documento tipo *Portaria* de nº 321 de 17 de abril de 2025, que comprova a designação do *Pregoeiro* e também da *Equipe de Apoio*, conforme trata o Decreto Municipal nº 032, de 2023, e também no art. 8º, §1º e §5º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

(...)

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

(...)

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Da participação de ME, EPP e Cooperativas.

Em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123 de 2006, o Decreto Municipal nº 162 de 4 de dezembro de 2015, prevê um tratamento diferenciado e simplificado para as *Microempresas* e *Empresas de Pequeno Porte* nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

O art. 6º do referido Decreto Municipal estabelece que, nos *itens* ou *lotes* de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (*oitenta mil reais*), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às *Microempresas* e *Empresas de Pequeno Porte*. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação do dispositivo.

Por outro lado, prevê o art. 8º do mesmo Decreto que, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os *Itens* ou *Lotes* de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (*oitenta mil reais*), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento (25%) do



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Objeto para a contratação de *Microempresas e Empresas de Pequeno Porte*. Os órgãos e entidades contratantes poderão ainda deixar de observar estas cotas reservadas quando justificar a existência de prejuízo para a contratação do conjunto ou do complexo do objeto.

Há, ainda, uma previsão *facultativa* de estabelecimento nos instrumentos convocatórios, no que diz respeito ao tratamento diferenciado:

- De exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 162, de 2015;
- De prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 162, de 2015.

Por fim, os tratamentos diferenciados serão afastados do certame quando ocorrer alguma das situações previstas no art. 10 do Decreto Municipal nº 162, de 2015, o que requer a devida justificativa. Dispõe assim referido artigo:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

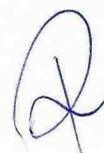
I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Diante disso, verifica-se que a estimativa do valor dos respectivos (11) *Itens*, da atual contratação pública, não ultrapassa os referidos R\$80.000,00 (*oitenta mil reais*), assim, o certame deve ficar destinado ***EXCLUSIVAMENTE*** para a participação de *Microempresas e Empresas de Pequeno Porte*, conforme previsão constante na *Lei Complementar Federal 123 de 2006*; na *Lei Complementar Municipal nº 012 de 2009*; do *Decreto Municipal 162/2015*; do; e do *item 2.5 do Edital*.





Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
107	

Das Minutas Padronizadas.

Recomenda-se a utilização das minutas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica Municipal, conforme trata o art. 19, IV, e § 2º, c/c art. 25, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como, quando ocorrer alterações realizadas nos modelos, que sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo licitatório, conforme trata o art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. A padronização de modelos de editais e contratos é uma medida adotada para alcançar a eficiência e celeridade administrativa.

Assim, a utilização da minuta-padrão disponibilizada pela Procuradoria Jurídica, no presente caso, ao mesmo tempo em que se revela ser uma medida de eficiência, acaba por facilitar a análise jurídica a ser elaborada, tornando-se desarrazoada uma revisão e a análise minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização.

Os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de Edital são aqueles previstos no art. 25, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, com as devidas adaptações às especificidades de cada contratação. Já a minuta do Instrumento Contratual, deverá observar as disposições do art. 92 do mesmo diploma legal.

No caso, verifica-se que até o momento, a Administração Pública Municipal utilizou os modelos das minutas disponibilizado pela Procuradoria Jurídica Municipal, conforme exprime as certidões, Documento de Formalização de Demanda (fls.09); Estudo Técnico Preliminar (fls. 17), Termo de Referência (fls. 45), Edital de Pregão e Contrato (fls. 81).

Da disponibilidade orçamentária.

No presente caso, em atenção ao art. 6º, XXIII, "j" (*leia-se: Adequação Orçamentária*), c/c art. 18, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, consta à fl. nº 083, um *Ofício* sob nº 211/2025 elaborado pelo setor competente, informando a acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

Alerta-se, ainda, para caso haja a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo ou do instrumento equivalente, a *nota de empenho* suficiente para o



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PAG.	ASS.
108	

suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

(...)

Necessário destacar também, que o atendimento ao art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (*leia-se L.R.F.*) somente será necessário se as despesas que amparam a ação orçamentária em apreço não forem qualificáveis como atividades, mas, sim, como projetos, isto é, se não constituírem despesas rotineiras, como estabelece a Orientação Normativa AGU nº 52/2014 ("*As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000*").

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

Neste sentido, registra-se que consta da fl. nº 082, uma *Certidão* informando que a contratação pretendida se trata de uma *Despesa Administrativa Ordinária*, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da publicação do Edital e da Lei de acesso à informação.

Conforme art. 54, *caput* e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, bem como, em Jornal de grande circulação.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput**, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

(...)

No caso, por se tratar de bens, deve ser observado o prazo mínimo de (08) oito dias úteis, entre a data da última divulgação do edital de licitação, e a abertura da sessão de apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de Menor Preço ou de maior desconto, conforme consta no art. 55, I, “a”, Lei nº 14.133/2021.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

I - Para aquisição de bens:

a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

(...)

Destaca-se também, que, após a homologação final do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 54

(...)

§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

(...)

Registra-se, entretanto, que por força do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, elaborado nos termos do que faculta o art. 176, III, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por ora. Enquanto não adotado expressamente o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), as providências que demandarem divulgação por tal meio,



Município de Mercedes

Estado do Paraná

previstas nos Decretos municipais que regulamentam a Lei n.º 14.133/2023, em especial o Decreto Municipal n.º 032, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 033, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 034, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 035, de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal n.º 040 de 24 de março de 2023, deverão ser efetivadas na forma do parágrafo único do artigo primeiro do Decreto Municipal n.º 175, de 2023. Confira-se:

Art. 1º Nos termos que faculta o art. 176, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deixa-se de adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo único. Enquanto não adotado o PNCP, a Administração Direta, autárquica e fundacional do Município de Mercedes, deverá:

I - Publicar, em diário oficial eletrônico, as informações que a Lei n.º 14.133/2023 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - Disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Ademais, de acordo com a Lei Estadual n.º 19.581, de 04 de julho de 2018, e com o Acórdão n.º 2210/22 – Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deverá ser disponibilizada a íntegra do processo licitatório, em tempo real, no site oficial do Município.

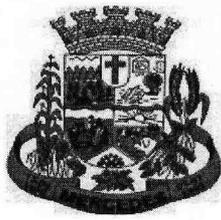
IV – CONCLUSÃO.

Em face de todo o conteúdo exposto, manifesta-se a Procuradoria Jurídica Municipal pela aparente REGULARIDADE JURÍDICA do atual procedimento licitatório submetido ao exame desta unidade consultiva, ressalvado as escolhas, o juízo de mérito da Administração Pública Municipal e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão consultivo.

É o *Parecer Jurídico Inicial*, passível de ser censurado ou deliberado por outro entendimento que, devidamente fundamentado no ordenamento jurídico vigente, comprove ou ao menos demonstre um melhor resguardo aos interesses do Município de Mercedes -PR.

Mercedes-PR, 10 de novembro de 2025.

Rodrigo Adolfo Peruzzo
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/PR 126260



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Parecer n.º 147/2025

Mercedes, 10 de novembro de 2025.

Ilmo. Sr. Secretário de Planejamento, Administração e Finanças,

Considerando as informações apresentadas por Vossa Senhoria, **AUTORIZO** o Processo Licitatório n.º 213/2025, na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA n.º 114/2025, que tem por objeto a *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.*

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

LAERTON

WEBER:045304
21988

Assinado de forma digital
por LAERTON
WEBER:04530421988
Dados: 2025.11.10
11:08:31 -03'00'

Laerton Weber
PREFEITO

DE: LAERTON WEBER – Prefeito

PARA: EDSON KNAUL – Secretário de Planej. Adm. e Finanças



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

114/2025

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR (UASG: 985531)

OBJETO:

Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

RS 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/11/2025 às 08h (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025

Processo Licitatório nº 213/2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

UASG: 985531

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/2025

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's E/OU EPP's

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MERCEDES, Estado do Paraná, sediado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, centro, CEP 85.998-100, na Cidade de Mercedes-PR, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 321/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 27 de novembro de 2025.

Horário: 08h00min (oito horas)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de disputa: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 11 (onze) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Neste processo licitatório, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 12 do Termo de Referência;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



Município de Mercedes

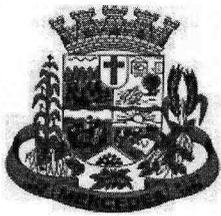
Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- 2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.12.1. deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário do item;
 - 4.1.2. Marca (conforme o caso);
 - 4.1.3. Fabricante (conforme o caso);
- 4.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025

Processo Licitatório nº 213/2025

destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas;

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9.4. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

4.13. Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/08/2025**.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

4.14. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

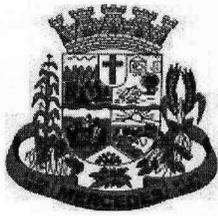
5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
120

Ass.
[Signature]

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025

Processo Licitatório nº 213/2025

- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.21.2.2. empresas brasileiras;
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.
- 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e

6.1.6. Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

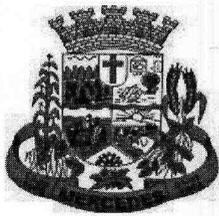
6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

seus anexos.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

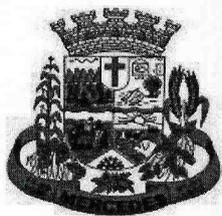
6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.20. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de xxx (...) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

6.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

6.22. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

6.23. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

6.24. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

6.25. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

6.26. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

6.27. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

6.28. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- 6.29. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 6.30. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.
- 6.31. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

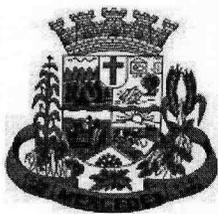
7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1. .

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal nº 162/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

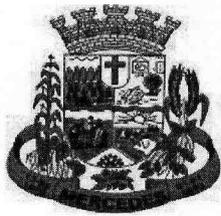
8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e/ou <http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php> ou, ainda, presencialmente, no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

8.11. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuada a adjudicação e homologação do certame e assinada a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.11.1. O prazo constante do subitem 8.11 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal n.º 046, de 24 de março de 2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1. , 9.1.2. e 9.1.3. , a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4. , 9.1.5. , 9.1.6. , 9.1.7. e 9.1.8. , a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1. , 9.1.2. e 9.1.3. , quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4. , 9.1.5. , 9.1.6. , 9.1.7. e 9.1.8. , bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1. , 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3. , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

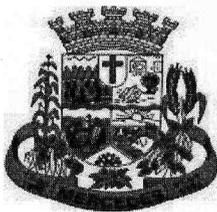
9.15. As infrações relativas a fase de execução contratual, respectivas sanções e procedimento sancionador, constam da minuta do instrumento contratual, anexo deste Edital.

9.16. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração, seja na fase da licitação, seja na fase de execução contratual, poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

9.17. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

9.18. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

9.19. É responsabilidade do licitante/contratado manter atualizados os endereços e contatos



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

9.20. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios: e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br*. A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br/>.

11.10.1. Por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.11.3. ANEXO III – Documento de Formalização de Demanda;
- 11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Município de Mercedes - PR, 10 de novembro de 2025.

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2025.11.10 11:17:09
-03'00'

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

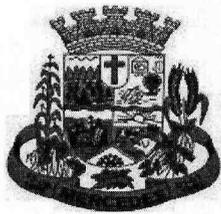
Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA (Processo Administrativo nº.....)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Doses	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS	418846	Doses	400	54,33	21.732,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	RS Unit	RS Total
	ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Doses	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS	420289	Doses	800	56,83	45.464,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Doses	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0.5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439047	Doses	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0;	297861	Doses	200	25,00	5.000,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Doses	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	412056	Doses	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média)	467364	Unidade	1	10.602,33	10.602,33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und.	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	– no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.					
11	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	405954	Litros	3500	13,83	48.405,00

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a aquisição é necessária para a manutenção da atividade administrativa e decorre de necessidades permanentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

140

Ass.

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

contratação, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar. Destaca-se, entretanto, que o sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Na(s) tabela(s) supra constam os preços unitários e totais máximos admitidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme Decreto Municipal nº 215/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deve enviar, junto com a proposta final, a prova do touro concorrente conforme consta no cabeçalho da descrição de cada item do Termo de Referência;

4.2. Quando a característica solicitada não constar na prova pedida, os fornecedores de sêmen devem apresentar outras provas ou catálogo do touro no site da empresa para comprovar TODAS as características exigidas do touro concorrente descritas no Termo de Referência;

4.3. Para a raça Holandês Preto e Branco não será aceito um mesmo touro para concorrer ao item 1 e 2, devendo ser um touro DIFERENTE para cada item;

4.4. O sêmen dos touros propostos neste certame, e dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos, seguindo abaixo a relação dos fornecedores dos últimos 6 (seis) anos a contar da data de abertura deste certame:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

RAÇA	NOME DO TOURO	EMPRESA
Holandês PB	ALTA MITCHUM	Vitavet (Alta)
Holandês PB	ZEPPELING	Magu (CRV)
Jersey	DISCOVERY	Magu (CRV)
Jersey	DIXON	Progenética
Gir Leiteiro	ALTA FARAO	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MATCHUP	Magu (CRV)
Holandês PB	ALTA FRIDAY	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA CABRERA	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA MERLIN	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	ALTA FIGO BAHADUR	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MINTJULEP	Lucinir (Semex)
Holandês PB	OBJECTIVE	Progenética (Evolution)
Jersey	MARVEL	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	ALTA EURO JABAQUARA	Vitavet (Alta)
Holandês VB	PAVEL RED	Progenética (Evolution)
Holandês PB	ZEBRA	Lucinir (Semex)
Holandês PB	ANCHOR	Lucinir (Semex)
Jersey	COBALT	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	DARDO	Lucinir (Semex)
Holandês VB	BOSTOM RED	Tramontini (Genex)
Holandês PB	SEKITA BALLU	Tramontini (Genex)
Holandês PB	TIMESQUAREP	Vitavet (Alta)
Jersey	MAHOMES	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	OVINI	Tramontini (Genex)
Holandês VB	AVO RED	Vitavet (Alta)
Holandês PB	GALVESTON	Vitavet (Alta)
Holandês PB	SEKITA STARK	Vitavet (Alta)
Jersey	HORATIO	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	INPUT CAL	Vitavet (Alta)
Holandês VB	KOEPON TWISTED RED	Tramontini (Genex)
Senepol	BELA VISTA	Tramontini (Genex)

4.5. O sêmen bovino deve ser fornecido em raques finas contendo 10 (dez) palhetas (doses) cada, devidamente conservadas em nitrogênio líquido;

4.6. O nitrogênio deverá ser entregue em cada local que contenha botijão para armazenamento de sêmen, incluindo propriedades rurais, a cada 30 dias sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS;

4.7. O prazo de entrega do SÊMEN é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Compras, de acordo com a necessidade do Município;

4.8. O novo botijão para armazenamento de sêmen a ser adquirido, deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato;

4.9. Todas as despesas relacionadas ao fornecimento do objeto, tais como embalagens, frete, dentre outras, correrão por conta da Contratada;

4.10. Todos os itens devem ser entregues em horário de expediente da Prefeitura de Mercedes (segunda a sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025

Processo Licitatório nº 213/2025

5.1. Com exceção do nitrogênio, que deverá ser entregue a cada 30 dias, sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, **NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS**, o prazo de entrega dos demais bens é de até 15 (quinze) dias úteis dias, contados do(a) emissão da Ordem de Compras, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, ou em localidades do interior do Município de Mercedes/PR, de acordo com lista a ser fornecida pela Secretaria demandante. A entrega deverá ser efetuada em horário de expediente desta municipalidade (segunda à sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

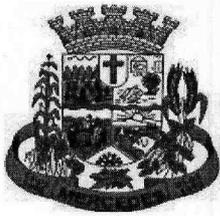
Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.9.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

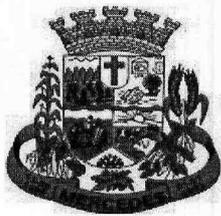
6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.9.16. outras atividades compatíveis com a função.

6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

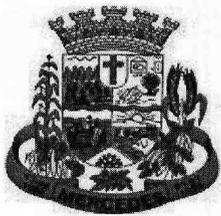
- 6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - 6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 6.10.6. a satisfação do público usuário.
- 6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- Gestor do Contrato**
- 6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):
- 6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 6.14.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - 6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - 6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - 6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
 - 6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.14.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
 - 6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

(a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED ou transferência bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

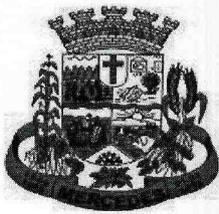
7.24. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos,



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item.**

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será continuado e parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (conforme o caso)

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

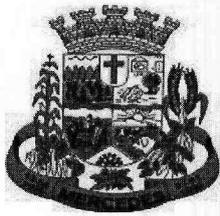
9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

(X) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. Trata-se de processo licitatório que possui como objeto simples aquisição. Diante disso, em razão da baixa complexidade, restou dispensada a elaboração da Análise de Riscos, não obstante a contratação tenha sido precedida de Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

12.3.1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

em consórcio deve ser verificada caso a caso;

12.3.2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

12.3.3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

12.4.1. O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

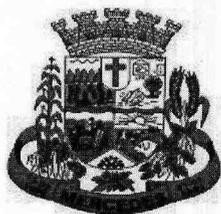
12.4.2. Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

12.4.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

12.4.4. Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, 04 de novembro de 2025.

Camila Andressa Beyer
Assistente Administrativa



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: _____.

Área Requisitante: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Descreva a sua necessidade:

O Município de Mercedes, por meio da Lei nº 1336, de 02 de fevereiro de 2015, instituiu o programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e pecuário local. Referido programa contempla diversas ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, entre elas a disponibilização de sêmen bovino para os produtores de leite que possuam fêmeas em idade reprodutiva e que estejam devidamente cadastradas na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

O serviço de fornecimento de sêmen bovino visa a garantir o aumento da produtividade leiteira, por meio da utilização da inseminação artificial, técnica que possibilita a melhoria genética do rebanho. Além disso, contribui diretamente para a saúde do rebanho local, ao prevenir a propagação de doenças reprodutivas contagiosas, assegurando a sanidade do rebanho e a qualidade da produção. A inseminação artificial, ao permitir o controle rigoroso sobre a escolha de reprodutores geneticamente superiores, possibilita aos pecuaristas a obtenção de um rebanho com características produtivas e sanitárias mais robustas, agregando valor à atividade agropecuária do Município.

A continuidade do programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável" depende da renovação e manutenção dos insumos necessários para a execução de suas ações, especialmente a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, essenciais para a realização da inseminação artificial. A contratação desses insumos se torna imprescindível para garantir o bom andamento do programa, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, que, dentre outros, regulamenta o desenvolvimento das políticas de incentivo à inseminação bovina, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

Portanto, a aquisição do sêmen bovino e nitrogênio é necessária para a continuidade e o sucesso do programa, assegurando aos pecuaristas da municipalidade a melhoria contínua da qualidade genética e sanitária do rebanho, além de fortalecer a produção leiteira local e, conseqüentemente, a economia rural do Município.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021)

Fica dispensado o plano de contratações anual para os exercícios de 2024 e 2025, conforme Decreto Municipal nº 215/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

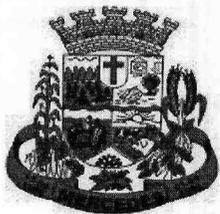
Descreva os requisitos da contratação:

A empresa deve enviar, junto com a proposta final, a prova do touro concorrente conforme consta no cabeçalho da descrição de cada item do Termo de Referência;

Quando a característica solicitada não constar na prova pedida, os fornecedores de sêmen devem apresentar outras provas ou catálogo do touro no site da empresa para comprovar TODAS as características exigidas do touro concorrente descritas no Termo de Referência;

Para a raça Holandês Preto e Branco não será aceito um mesmo touro para concorrer ao item 1 e 2, devendo ser um touro DIFERENTE para cada item;

O sêmen dos touros propostos neste certame, e dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos, seguindo abaixo a relação dos fornecedores dos últimos 6 (seis) anos a contar da data de abertura deste certame:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

RAÇA	NOME DO TOURO	EMPRESA
Holandês PB	ALTA MITCHUM	Vitavet (Alta)
Holandês PB	ZEPPELING	Magu (CRV)
Jersey	DISCOVERY	Magu (CRV)
Jersey	DIXON	Progenética
Gir Leiteiro	ALTA FARAO	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MATCHUP	Magu (CRV)
Holandês PB	ALTA FRIDAY	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA CABRERA	Vitavet (Alta)
Jersey	ALTA MERLIN	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	ALTA FIGO BAHADUR	Vitavet (Alta)
Holandês PB	MINTJULEP	Lucinir (Semex)
Holandês PB	OBJECTIVE	Progenética (Evolution)
Jersey	MARVEL	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	ALTA EURO JABAQUARA	Vitavet (Alta)
Holandês VB	PAVEL RED	Progenética (Evolution)
Holandês PB	ZEBRA	Lucinir (Semex)
Holandês PB	ANCHOR	Lucinir (Semex)
Jersey	COBALT	Lucinir (Semex)
Gir Leiteiro	DARDO	Lucinir (Semex)
Holandês VB	BOSTOM RED	Tramontini (Genex)
Holandês PB	SEKITA BALLU	Tramontini (Genex)
Holandês PB	TIMESQUAREP	Vitavet (Alta)
Jersey	MAHOMES	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	OVINI	Tramontini (Genex)
Holandês VB	AVO RED	Vitavet (Alta)
Holandês PB	GALVESTON	Vitavet (Alta)
Holandês PB	SEKITA STARK	Vitavet (Alta)
Jersey	HORATIO	Vitavet (Alta)
Gir Leiteiro	INPUT CAL	Vitavet (Alta)
Holandês VB	KOEPON TWISTED RED	Tramontini (Genex)
Senepol	BELA VISTA	Tramontini (Genex)

O sêmen bovino deve ser fornecido em raques finas contendo 10 (dez) palhetas (doses) cada, devidamente conservadas em nitrogênio líquido;

O nitrogênio deverá ser entregue em cada local que contenha botijão para armazenamento de sêmen, incluindo propriedades rurais, a cada 30 dias sendo tolerável um adiamento de até 10 dias mediante justificativa do fornecedor, NÃO PODENDO SER ULTRAPASSADO O INTERVALO DE ABASTECIMENTO DE 40 DIAS;

O prazo de entrega do SÊMEN é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Compras, de acordo com a necessidade do Município;

O novo botijão para armazenamento de sêmen a ser adquirido, deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato;

Todas as despesas relacionadas ao fornecimento do objeto, tais como embalagens, frete, dentre outras, correrão por conta da Contratada;

Todos os itens devem ser entregues em horário de expediente da Prefeitura de Mercedes (segunda a sexta, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00), ficando vedada a entrega em finais de semana, feriados e recessos.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). A classificação dos bens e serviços, se comuns ou especiais, define a modalidade da licitação.

Indique os quantitativos:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Sêmen bovino da raça Holandês Preto e branco	Doses	600
2	Sêmen bovino da raça Holandês Preto e branco	Doses	400
3	Sêmen bovino da raça Holandês Vermelho e branco	Doses	200
4	Sêmen bovino da raça Jersey	Doses	800
5	Sêmen bovino da raça Gir Leiteiro	Doses	600
6	Sêmen bovino da raça Senepol	Doses	200
7	Sêmen bovino da raça Nelore mocho	Doses	200
8	Sêmen bovino da raça Tabapuã	Doses	200
9	Sêmen bovino da raça Aberdeen Angus	Doses	600
10	Botijão para armazenamento	Unidade	1
11	Nitrogênio líquido	Litros	3500

Classificação dos bens/serviços:

Comuns.

Especiais.

Continuado.

Não continuado.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido é classificado como continuado, uma vez que a aquisição/contratação é necessária para a manutenção da atividade administrativa, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas.

A quantidade estimada nesse processo foi calculada com base na demanda dos últimos dois anos e também na quantidade de fêmeas em idade reprodutiva cadastradas na Campanha de Atualização de rebanho da ADAPAR realizada nos meses de maio e junho, acrescentando pequena margem caso haja um aumento na quantidade de animais, pois o número de fêmeas é variável a cada ano.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

Plurianual

Não plurianual.

Justificativa: A vigência plurianual, por seu turno, representa maior vantagem econômica, uma vez que possibilitará a realização de prorrogações sucessivas se a contratação continuar vantajosa, afastando a necessidade da realização de novo, moroso e caro procedimento de contratação. Destaca-se, entretanto, que o sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Realização de Pregão Eletrônico para aquisição dos materiais necessários.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico n° 114/2025
Processo Licitatório n° 213/2025

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A solução atenderá a demanda trazendo economia para a Administração?	Solução 1	X		
A solução possui respaldo legal para realização?	Solução 1	X		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A solução 1, única identificada na presente demanda, é viável e vantajosa à Administração. Isso porque, possibilitará a escolha da proposta mais vantajosa, proporcionando economia e eficiência, além de atender integralmente a demanda.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)

Parâmetros utilizados: Pesquisa de mercado, junto à fornecedores do ramo.

Metodologia utilizada: Média entre os valores obtidos.

Com base na estimativa do valor da contratação, a licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassaram o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

Descreva a solução como um todo:

Após o estudo comparativo das soluções de mercado, identificou-se apenas uma capaz de atender integralmente e de forma satisfatória a demanda do ente municipal, qual seja, a aquisição dos materiais através da realização de Pregão Eletrônico, de modo a proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Justificativa do parcelamento:

No presente processo houve a observância do princípio do parcelamento. Isso porque, a licitação será realizada "por itens", sem agrupamentos, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

As recargas de nitrogênio são realizadas de forma parcelada, com a aquisição a cada 30 dias para o reabastecimento dos botijões que armazenam o sêmen, conforme o nível de nitrogênio vai diminuindo. As raças bovinas para as quais forem adquiridas mais de 500 doses poderão ter o pagamento parcelado, devido à capacidade limitada de armazenamento dos botijões. Com raques grossas, cada botijão comporta no máximo 500 doses por caneco, podendo atingir até 600 doses quando se utilizam raques finas.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva os resultados esperados:

Os resultados pretendidos com a implementação do Programa de Incentivo à Inseminação Artificial visam não apenas o aprimoramento genético do rebanho bovino do município, mas também o aumento da produtividade e da rentabilidade dos produtores. A disponibilização de sêmen bovino de alta qualidade e o fornecimento de nitrogênio para sua conservação serão fatores determinantes para alcançar esses objetivos. Espera-se que, ao longo da execução do programa, ocorra uma melhoria significativa na qualidade dos animais, com a produção de novos indivíduos mais adaptados e produtivos, tanto para a produção de carne quanto para a de leite. Esse avanço genético, aliado ao aumento das taxas de natalidade e ao melhoramento das características reprodutivas, deverá proporcionar um crescimento no volume de produção e uma maior eficiência na exploração dos rebanhos.

Além disso, o programa contribui para a modernização da pecuária local ao estimular o uso de tecnologias reprodutivas de ponta, como a inseminação artificial, que permite aos produtores acessar material genético superior sem a necessidade de grandes investimentos em touros de alto valor. Com isso, o produtor poderá aprimorar seu rebanho de maneira mais rápida e a um custo mais baixo, ampliando sua competitividade no mercado.

Outro resultado esperado é o fortalecimento da capacidade técnica dos produtores, que terão acesso à orientação especializada sobre o uso da inseminação artificial, bem como sobre as melhores práticas de manejo do rebanho. Essa capacitação prática pode se refletir na melhoria do desempenho geral das propriedades rurais, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor.

No que tange à economicidade, a execução do programa deve resultar em um uso mais eficiente dos recursos públicos, com a aquisição dos insumos (sêmen e nitrogênio) de maneira planejada e otimizada. A gestão do programa, com o fornecimento dos insumos de acordo com a demanda local, assegurará que os recursos sejam utilizados de forma racional, evitando desperdícios e garantindo que a política pública tenha um impacto positivo sobre os pequenos e médios



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

produtores rurais do município.

Em termos financeiros, o programa deve gerar um retorno substancial para a economia local, ao aumentar a produtividade dos rebanhos e, conseqüentemente, a rentabilidade das propriedades. Esse incremento no desempenho econômico se reflete no aumento da oferta de produtos de origem bovina de melhor qualidade, o que pode contribuir para o fortalecimento da pecuária do município e sua inserção em mercados mais exigentes, gerando mais empregos e movimentando a economia rural.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva as providências prévias:

Não foram identificadas providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Não há.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Descreva impactos e medidas:

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da aquisição que se pretende.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços: A definição dos itens e das quantidades para este processo licitatório foi realizada com base nas demandas atendidas nos últimos anos, o que proporciona uma estimativa precisa e confiável das necessidades para a execução do programa. Dado o histórico de consumo e a natureza específica dos insumos, é possível afirmar que todos os itens serão integralmente adquiridos ao longo da vigência do contrato e utilizados em sua totalidade até o momento da próxima licitação. Dessa forma, não há necessidade



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

de recorrer ao sistema de registro de preços, uma vez que a previsão de consumo é clara e o volume de aquisição está totalmente alinhado com as necessidades do projeto, garantindo eficiência e a plena execução do programa sem a sobrecarga administrativa que o registro de preços poderia acarretar.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo: Considerando a análise detalhada das necessidades do programa e a especificidade dos insumos requeridos, conclui-se que a contratação direta dos itens necessários, sem a utilização do sistema de registro de preços, é plenamente adequada para atender à demanda identificada. A definição dos itens e quantidades foi realizada com base no histórico de consumo e nas projeções de necessidades para o período, garantindo que todos os insumos sejam adquiridos de forma planejada e eficiente ao longo da vigência do contrato.

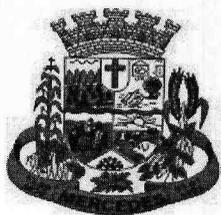
Além disso, a contratação atende de forma direta e ágil aos objetivos do Programa de Incentivo à Inseminação Artificial, proporcionando um fornecimento contínuo e seguro de sêmen bovino e nitrogênio para o adequado armazenamento e utilização, conforme as exigências do projeto. A opção pela aquisição regular e planejada, ao invés do sistema de registro de preços, resulta em maior eficiência administrativa, evitando processos desnecessários e otimizando a alocação de recursos.

Portanto, a contratação está plenamente alinhada com os princípios da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente no que tange à adequação da solução proposta para a necessidade a que se destina, com a garantia de economicidade, eficiência e cumprimento dos objetivos do programa.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 30 de outubro de 2025.

Jurandir Kunkel
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

ANEXO III

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes/PR	
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	
Responsável pela Elaboração do Documento: Cristiane Karina Kamphorst Machado	
E-mail: agricultura@mercedes.pr.gov.br	Telefone: (45) 3256-8014
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.	
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): O Município de Mercedes, por meio da Lei nº 1336, de 02 de fevereiro de 2015, instituiu o programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola e pecuário local. Referido programa contempla diversas ações voltadas ao fortalecimento da produção rural, entre elas a disponibilização de sêmen bovino para os produtores de leite que possuam fêmeas em idade reprodutiva e que estejam devidamente cadastradas na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). O serviço de fornecimento de sêmen bovino visa a garantir o aumento da produtividade leiteira, por meio da utilização da inseminação artificial, técnica que possibilita a melhoria genética do rebanho. Além disso, contribui diretamente para a saúde do rebanho local, ao prevenir a propagação de doenças reprodutivas contagiosas, assegurando a sanidade do rebanho e a qualidade da produção. A inseminação artificial, ao permitir o controle rigoroso sobre a escolha de reprodutores geneticamente superiores, possibilita aos pecuaristas a obtenção de um rebanho com características produtivas e sanitárias mais robustas, agregando valor à atividade agropecuária do Município. A continuidade do programa "Mercedes com Desenvolvimento Sustentável" depende da renovação e manutenção dos insumos necessários para a execução de suas ações, especialmente a aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, essenciais para a realização da inseminação artificial. A contratação desses insumos se torna imprescindível para garantir o bom andamento do programa, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, que, dentre outros, regulamenta o desenvolvimento das políticas de incentivo à inseminação bovina, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente. Portanto, a aquisição do sêmen bovino e nitrogênio é necessária para a continuidade e o sucesso do programa, assegurando aos pecuaristas da municipalidade a melhoria contínua da qualidade genética e sanitária do rebanho, além de fortalecer a produção leiteira local e,	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

consequentemente, a economia rural do Município.

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00 SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50	418846	Dose	400	54,33	21.732,00

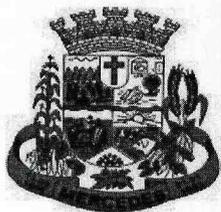


Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

	ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00	420289	Dose	800	56,83	45.464,00

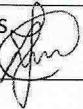


Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

	TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Dose	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepus, não inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439047	Dose	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	297861	Dose	200	25,00	5.000,00



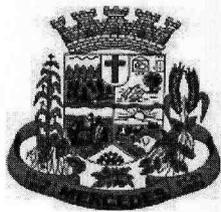
Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025

Processo Licitatório nº 213/2025

8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Dose	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características: TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	412056	Dose	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para	467364	Unid	1	10.602,33	10.602,33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

	uso imediato.					
11	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N ₂ Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	405954	Litro	3500	13,83	48.405,00

Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo):

O quantitativo foi definido com base na quantidade de fêmeas em idade reprodutiva cadastradas na campanha de atualização de rebanho de maio e junho de 2025 na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):

R\$ 219.571,33 (duzentos e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)

5. Previsão da data desejada para a contratação:

01 de dezembro de 2025.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média () Alta (X) Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:
(X) NÃO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º¹ do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

SIM NÃO

Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): Contratação de objeto de baixa complexidade.

Mercedes-PR, 30 de outubro de 2025.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada: Jurandir Kunkel

Assinatura: _____

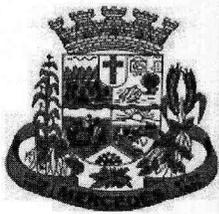
¹ § 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;

III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MERCEDES - PR E A
EMPRESA**

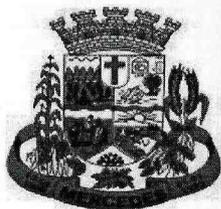
O MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Laerton Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada na Rua/Av. xxxxxxxxxxx xxxxxxx xxx, nº xxx, bairro xxxx, CEP xx.xxx-xxx, na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxx xxxxx xxxxxxxx, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº xxx/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a *aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 1000 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 3,00	418846	Dose	600		

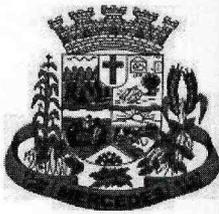


Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,50 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS ÍNDICE DE FERTILIDADE maior ou igual a 0,4 VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS menor ou igual a 3,00 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual a 2,00 ESTATURA menor ou igual a 1,50 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418846	Dose	400		
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 700 LBS	418846	Dose	200		

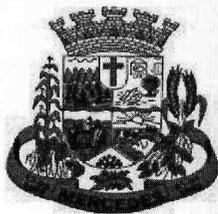


Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
	VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 1,50 FACILIDADE DE PARTO TOURO menor ou igual 3,00 ESTATURA menor ou igual 1,50 SCORE CÉLULA SOMÁTICA menor ou igual a 3,00 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 800 LBS VIDA PRODUTIVA maior ou igual a 2,5 ESCORE CEL.SOMATICA menor ou igual a 3,10 JUI maior ou igual a 8,00 TAXA DE CONCEPÇÃO VACAS maior ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	420289	Dose	800		
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PTA LEITE maior ou igual a 400 LACTAÇÃO MÃE maior ou igual a 10.000 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	418847	Dose	600		
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não	439047	Dose	200		



Município de Mercedes

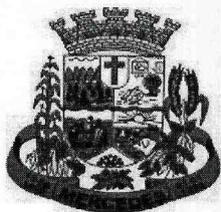
Estado do Paraná

Pag. 170

Ass.

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
	inferior a 2025, com as seguintes características: PESO AO NASCER menor ou igual a 0,5 PESO AO SOBREANO maior ou igual a 5 AOL menor ou igual a 0,10 IQG maior ou igual 1,5 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: PN- ED: Menor ou igual a 0,0; PD-ED: Maior ou igual a 1,0; PA-ED: Maior ou igual a 2,0; AOL- Maior ou igual a 0,0. MAR: Maior ou igual a 0,0; PS-ED: Maior ou igual a 2,0. Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	297861	Dose	200		
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025 com as seguintes características: DEP peso ao nascimento menor ou igual a 0,6; DEP peso ao desmame (PD-ED) maior ou igual a 5,00; DEP peso ao ano (PA-ED) maior ou igual a 7,00; Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.	439048	Dose	200		
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025 com as seguintes características:	412056	Dose	600		



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
	TOP PESO AO NASCIMENTO menor ou igual a 20% DEP FACILIDADE DE PARTO direta igual ou maior a 12 DEP PESO AO NASCER menor ou igual a 0,0 Acondicionados em raques com 10 palhetas cada.					
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino com as seguintes características: NOVO; CAPACIDADE DE DOSES RAQUEADAS (palheta média) – no mínimo 3000 doses; QUANTIDADE DE CANECAS – 6 canecas; DIÂMETRO DE ABERTURA (BOCAL) – no mínimo 120 mm; O botijão deve vir com a carga de nitrogênio completa para uso imediato.	467364	Unid	1		
11	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Fórmula Química: N2 Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	405954	Litro	3500		



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado do data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
 - 2.1.2. O sêmen dos touros que servirão ao cumprimento/execução de eventuais termos aditivos de prorrogação ao contrato a ser celebrado, NÃO DEVEM ter sido fornecidos ao município de Mercedes nos últimos 6 (seis) anos.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/08/2025.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

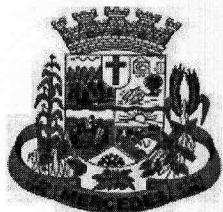
11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

- i. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- iii. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- iv. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- v. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- vi. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

*Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025*

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

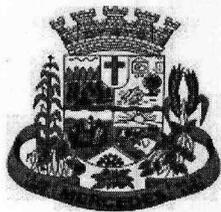
11.11. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

11.12. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

11.13. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.14. É responsabilidade do contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

11.15. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.008.20.606.0007.2033 – Ações para o Desenvolvimento Econômico da Cadeia Produtiva Rural.

Elemento de Despesa: 3390329903

Fonte de Recurso: 505



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei n.º 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

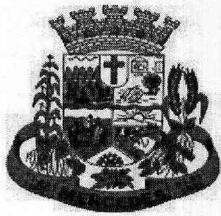
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Mercedes/PR, em xx de xxxxxxxx de 2025.

Município de Mercedes
CONTRATANTE

Xxxxx
CONTRATADA



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2025
Processo Licitatório nº 213/2025

TESTEMUNHAS:

Xxxx

Xxxx

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90114/2025-000

1 - Itens da Licitação

1 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Holandesa, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 600

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 33.102,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (600)

2 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Holandesa, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 400

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 21.732,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (400)

3 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Holandesa, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 7.266,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (200)

4 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Jersey, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 800

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 45.464,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (800)

5 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Gir Leiteiro, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 600

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 18.000,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (600)

6 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Senepol, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 5.200,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (200)

7 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Nelore, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 5.000,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (200)

8 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Tabapuã, Aplicação: Reprodução

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 5.000,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (200)

9 - Sêmen Animal

Descrição Detalhada: Sêmen Animal Tipo: Bovina, Raça: Aberdeen Angus, Aplicação: Reprodução, Características Adicionais: Convencional

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 600

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 19.800,00

Unidade de Fornecimento: (Doses)

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (600)

10 - Recipiente / Botijão Criogênico

Descrição Detalhada: Recipiente / Botijão Criogênico Material: Metal, Formato: Cilíndrico, Características Adicionais: 6 Canisteres, Capacidade: 34,8L, Aplicação: Nitrogênio Líquido

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 10.602,33

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (1)

11 - Gás Comprimido

Descrição Detalhada: Gás Comprimido Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N₂, Massa Molecular: 28,96G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3500

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 48.405,00

Unidade de Fornecimento: Litro

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): Mercedes/PR (3500)

SAG. ASS. 184 

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

10/11/2025 13:13:06

Pedido de Cotação Eletrônica

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 11/11/2025.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão	UASG Responsável
97932 - PREFEITURA DE MERCEDES - PR	985531 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES - PR

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	90114/2025	Tradicional	Eletrônico	Aberto

Lei	Critério de Julgamento
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço/Maior Desconto

Tipo de Objeto
Bens Comuns

Nº do Processo
213/2025

Quantidade de Itens
11

Objeto
Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária n.º 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR

Data da Divulgação
11/11/2025

Data da Disponibilidade do Edital
A partir de 11/11/2025 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação
Em 27/11/2025 às 08:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação



Município de Mercedes

Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

UASG: 985531

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA N.º 114/2025

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's E/OU EPP's

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

PREÇO MÁXIMO:

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025.	418846	Dose	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025	418846	Dose	400	54,33	21.732,00
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025	418846	Dose	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025	420289	Dose	800	56,83	45.464,00
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025	418847	Dose	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025	439047	Dose	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025	297861	Dose	200	25,00	5.000,00



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025	439048	Dose	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025	412056	Dose	600	33,00	19.800,00
10	Botijão para armazenamento de sêmen bovino	467364	Unid	1	10.602,33	10.602,33
11	Nitrogênio líquido; para armazenamento de sêmen bovino	405954	Litro	3500	13,83	48.405,00

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 27/11/2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao público: 07:30 às 11:30h e 13:00h às 17:00h. Telefone: (45)3256-8000, e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br.

Mercedes – PR, 10 de novembro de 2025.

LAERTON

WEBER:045304219

88

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2025.11.10 11:11:53
-03'00'

Laerton Weber
Prefeito

- PUBLICADO -

DATA: 10 / 11 / 25

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.mercedes.pr.gov.br

EDIÇÃO: 4290

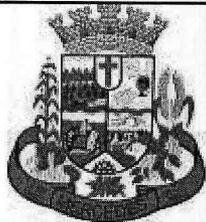
- PUBLICADO -

DATA: 11 / 11 / 25

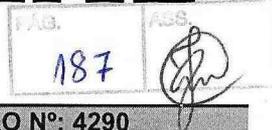
ÓRGÃO: O Paraná

PÁGINA: 2

Nº EDIÇÃO: 14.730



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MERCEDES

10 de novembro de 2025

ANO: XIII

EDIÇÃO Nº: 4290

www.mercedes.pr.gov.br**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

A presente decisão, bem como documentação apresentada pela proponente, está disponível em inteiro teor aos interessados junto à Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças do Município de Mercedes - PR.

Mercedes, 10 de novembro de 2025.

Jaqueline Stein
Agente de Contratação
(Portaria nº 322/2025)

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2025**

O Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Procedimento Licitatório nº 200/2025, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, nº 106/2025, que tem por objeto a *aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de guloseimas (doces e salgadas) para distribuição às crianças durante Auto de Natal, ação promovida em conformidade com a Lei Municipal nº 1.917/2025, pelo Município de Mercedes/PR, ADJUDICA e HOMOLOGA o resultado constante do Termo de Julgamento, conforme disposições a seguir:*

ITEM	VENCEDOR/SITUAÇÃO	R\$ UNIT
01	Carlos Eduardo Machado, CNPJ 24.194.427/0001-36	14,28
02	Supermercado Weiss Ltda., CNPJ 68.825.736/0001-32	1,25
03	Supermercado Weiss Ltda., CNPJ 68.825.736/0001-32	2,99

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 10 de novembro de 2025.

Laerton Weber
PREFEITO

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2025**

Página 6



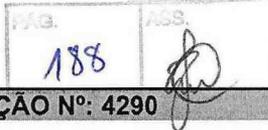
Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo.

O Município de Mercedes da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.mercedes.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MERCEDES



10 de novembro de 2025

ANO: XIII

EDIÇÃO Nº: 4290

www.mercedes.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR
UASG: 985531
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA N.º 114/2025
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's E/OU EPP's
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de sêmen bovino e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inseminação bovina, conforme Lei Ordinária nº 1.336, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

PREÇO MÁXIMO:

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025.	418846	Dose	600	55,17	33.102,00
2	Sêmen da raça Holandês Preto e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025	418846	Dose	400	54,33	21.732,00
3	Sêmen da raça Holandês Vermelho e Branco na base americana CDCB & HA-USA Genetic Evaluations 04/2025	418846	Dose	200	36,33	7.266,00
4	Sêmen da raça Jersey na base americana CDCB & AJCA Genetic Evaluations 04/2025	420289	Dose	800	56,83	45.464,00
5	Sêmen da raça Gir Leiteiro com prova não inferior a 2025	418847	Dose	600	30,00	18.000,00
6	Sêmen da raça Senepol com prova Embrapa/Genepplus, não inferior a 2025	439047	Dose	200	26,00	5.200,00
7	Sêmen da raça Nelore MOCHO com prova não inferior a 2025	297861	Dose	200	25,00	5.000,00
8	Sêmen da raça Tabapuã com prova não inferior a 2025	439048	Dose	200	25,00	5.000,00
9	Sêmen da raça Aberdeen Angus com prova não inferior a 04/2025	412056	Dose	600	33,00	19.800,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 16:17 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://cic.ipm.com.br/p/629463ea313cf>



Página 7



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo.

O Município de Mercedes da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.mercedes.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste

AV. PARANÁ, Nº 61 - CNPJ nº 08.282.090/0001-83 RIBEIRÃO FAX (41) 3124-1100 - CEP 85262-000

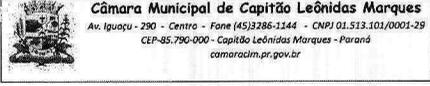
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico Nº 051/2025.

Município de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, COMUNICADA no uso de suas atribuições legais e por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 04 e 06/2025, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº. 203/2023 e Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, a abertura do Pregão Eletrônico nº 051/2025, na forma eletrônica, do tipo Menor preço por item, visando a Aquisição de uma PLANTADEIRA AGRÍCOLA PANTOGRÁFICA 7 LINHAS Plantadeira pantográfica de arrasto, nova, com desarme e rosca sem fim, com 7 (sete) linhas, espaçamento mínimo de 450 mm, com largura mínima útil de 3000 mm, com distribuição mecânica de sementes, com discos de corte e sistema de adubo sulcador, sistema de distribuição de adubo com dosador com mínimo duas roscas helicoidais, sulcador com desarme automático, regulagem de ângulo do compactador em "V" disco de corte do mínimo 17°, com acionamento hidráulico, conforme especificações técnicas mínimas, semelhantes e quantitativas descritas no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, constantes do edital de licitação.

Data de abertura: dia 26 de novembro de 2025. HORÁRIO: 09:00 horas. LOCAL: www.bil.org.br 'Acesso Identificado no link - licitações'

RETIRADA DO EDITAL: O Edital e seus respectivos anexos poderão ser retirados, junto ao departamento de licitações ou solicitados em licitacao2@santatereza.pr.gov.br ou em: http://santatereza.pr.gov.br/servicos/licitacoes/

C11239718-E25



Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques

Av. Iguaçu - 290 - Centro - Fone (45)3386-1144 - CNPJ 01.513.101/0001-29 CEP-85.790-000 - Capitão Leônidas Marques - Paraná camoracim.pr.gov.br

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2025 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, ESTADO DO PARANÁ, por seu Presidente Sr. Sidinei José Giusti e através do presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudica e homologa a Dispensa de Licitação nº 06/2025, para aquisição de combustível tipo gasolina comum, para abastecimento dos veículos pertencentes à Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, em favor da empresa AUTOPOSTO FARINA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.795.046/0001-06, com sede na Avenida Tancredo Neves, 138, Bairro Centro, CEP: 85.790-000, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, pelo valor total de R\$ 7.212,00 (sete mil, duzentos e doze reais), nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Agente de Contratação e equipe de apoio que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autoriza a publicação deste Termo de Adjucação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 10 de novembro de 2025.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI Presidente



Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques

Av. Iguaçu - 290 - Centro - Fone (45)3386-1144 - CNPJ 01.513.101/0001-29 CEP-85.790-000 - Capitão Leônidas Marques - Paraná camoracim.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO N.º 06/2025

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2025 FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR, CNPJ nº 01.513.101/0001-29.

CONTRATADA: AUTOPOSTO FARINA LTDA, CNPJ sob nº 76.795.046/0001-06.

OBJETO: Aquisição de combustível tipo gasolina comum, para abastecimento dos veículos pertencentes à Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques.

VALOR: O valor justo e contratado para a aquisição dos produtos, objeto deste contrato é de R\$ 7.212,00 (sete mil, duzentos e doze reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento contratual será de 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do Termo Contratual, com possibilidade de renovação de acordo a Lei 14.133/2021.

DOTAÇÃO: Os recursos para custeio do presente Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

- 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.01.02.00.00 - GASOLINA

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 10 de novembro de 2025.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI Presidente

C11239714-E25

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE MARECHAL CANDÍDORODON - PARANÁ CNPJ: 76.878.669/0001-42 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2025

O Diretor Executivo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público 01/2024, o Edital de Abertura de Concurso Público nº 01/2024, o Edital nº 25/2025 que retifica o anexo VII, a instrução nº 0780/2025 - COAPT/CE-PR e o Edital nº 24/2024, que homologa o resultado final, R E S O L V E CONVOCAR o candidato abaixo, aprovado no referido Concurso Público, para ordem de classificação final, para que compareça na Divisão de Recursos Humanos, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, na Rua Santa Catarina nº 750, para preenchimento de vaga, conforme Provisto no Edital, na data de 19 de novembro de 2025, no horário das 08h às 11h30m e das 13h30m às 17h. Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2025. Fábio Alexandre Regelmeyer, Diretor Executivo, Portaria Municipal nº 508/2025. Documento na íntegra em: https://saaeomr.atende.nelcidadao/pagina/concurso-publico-2024.

* OBS: Documentos na íntegra no site da Prefeitura: https://marchalcandidateo.rondon.pr.gov.br/portal/licitacoes/

INSTITUTO E EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA- AGO

O Presidente do INSTITUTO E, CNPJ 39.716.810/0001-84, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os seus associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária- AGO, a ser realizada na Rua Santa Catarina, nº 1305, Sala 3, Bairro Centro, Cidade de Cascavel, Paraná, no dia 20 de novembro de 2025, em primeira convocação às 08:00hs (oito horas) com, no mínimo, a metade do quadro dos associados e, em segunda convocação meia hora depois às 08:30hs (oito horas e trinta minutos), com qualquer número de associados presentes, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

- 1) Apresentação, análise, discussão e aprovação do parecer do Conselho Fiscal referente à prestação de contas do exercício social de 2024.

Cascavel - Paraná, 06/11/2025

EDUARDO LUIZ KAETFER Presidente

C11239713-E25

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária - O presidente do SINTRCAF - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODoviÁRIOS DE CARGAS E SETOR DIFERENCIADO DE CADELÂNIA E REGIÃO, pelo presente edital, nos termos legais e estatutários, convoca os trabalhadores, associados e não associados, representados pela entidade profissional convocada, residentes e domiciliados no(s) cidade(s) abaixo consignada(s), empregados nos setores econômicos abaixo mencionados no item 14, a serem do dia, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada nos dias 11,12,13,14,15 de novembro de 2025, iniciando-se às 09:00 (nove) horas, do dia 11 de novembro de 2025, tendo por local a sede do sindicato, Av. Marechal Lúcio de 508, na cidade de Catedral, Paraná, em primeira convocação. No sendo obtido o quórum na primeira convocação, a assembleia será instalada em segunda convocação, 01 (uma) hora depois, no tempo e local em conformidade com o estatuto social da entidade sindical. A votação será por escrutínio secreto e a cota de votos será proporcional, inclusive, com urnas lineares, permitindo-se o principal local de trabalho até dia 15 de novembro de 2025 às 18:00h. Tal procedimento é adotado para garantir a votação no modalidade variável dos horários de trabalho da categoria e odes das 4 entidades: Catedral (sede), Formosa do Oeste, Goioerê, Itacuruzo do Oeste, Jacatã, Nova Aurora e Quarto Centésimo. A deliberação será sobre a seguinte ordem do dia: 1º) Discussão e deliberação do rol de reivindicações dos trabalhadores representados pela entidade sindical independentemente de sua filiação, para as negociações coletivas para o ano de 2026, com todas as categorias econômicas, em especial de transporte cargas em geral, empresas de logística, transporte de materiais e entorpietas; ajudantes de motorista, carregadores, motobombas e operadores de máquinas em geral leve e pesada e operadores de empilhadeiras; condutores de veículos rodoviários e categoria diferenciada inclusive aquelas que forem prestadoras de serviços na forma teorizada e/ou quantizada, com veículo empregatório condutores de veículos rodoviários categoria diferenciada, no âmbito da base territorial deste territorial do sindicato profissional; 2º) Discussão, deliberação e autorização expressa da categoria de trabalhadores representados, associados ou não ao sindicato, para descontos salariais a título de cota solidária de participação nosal, reversão salarial e/ou negocial, de natureza financeira destinadas à entidade sindical, instituídas pela cláusula 83 do rol de reivindicações e nos termos do art. 545 da CLT, inciso XVIII do artigo 74 da Constituição Federal e dos TEMAS 935 E 1046 de repercussão geral do STJ; 3º) Discussão, deliberação e autorização prévia e expressa da categoria de trabalhadores representados, filiados ou não ao sindicato para a abertura do desconto dos trabalhadores, filiados ou não ao sindicato, da Contribuição Sindical cuja formalização foi criada com o advento da lei 13467/2017 (art. 578 e 579 da CLT); 4º) Discussão, deliberação e autorização para as entidades sindicais, sindicato e federação, para o recebimento das contribuições financeiras das empresas para Fundo, instituído pela cláusula 84 do rol de reivindicações (fundo assistência), fundo de formação profissional e/ou contribuição permanente), em favor dos serviços assistenciais prestados pelas entidades sindicais aos trabalhadores; 5º) REJITADA Discussão e Deliberação sobre a autorização ao Sindicato Profissional ser estipulante da apólice de seguro de vida em grupo e que na sua gestão, com base no princípio constitucional da eficiência, na busca das melhores condições, autorizando que eventuais valores excedentes, cobrados das empresas, poderão ser utilizados pelo sindicato profissional a título de administração, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 107/2004 Artigo 801 do Código Civil de 2002;

6º) Poderes para o Presidente, Secretário de Negociações Coletivas e Juízo da FETROPAR e para o membros da comissão de negociação coletiva, para coordenar as negociações coletivas dos sindicatos filiados, celebrar e assinar Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho; 7º) Deliberação sobre a autorização de ajustamento de dissídios coletivos, caso frustrada e/ou resulte infrutífera a negociação coletiva, bem como, contratar advogados para este fim; 8º) Deliberar sobre a autorização do sindicato em comunicar as empresas acerca das contribuições previstas nos itens 29, 37 e 4º desta assembleia e definidas na

redação da Lei 13.467/2017; 9º) outras questões de interesse da categoria profissional. Catedral, 10 de novembro de 2025.

RUI NONATO DA SILVA Presidente

C11239716-E25

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ CNPJ: 00.944.673/0005-08 Endereço: Av. Brasil, nº 21.348 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR Fone: 45 3222-4830 Site: www.cisop.com.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025 CONTRATANTE: CISOP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 00.944.673/0001-08. CONTRATADA: MEDVUSUR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 57.394.275/0001-74 OBJETO: O registro de preços para eventuais e futuras aquisições de materiais, insumos e equipamentos médicos VALOR TOTAL: R\$16.425,00 (dezesseis mil e quatrocentos e vinte e cinco reais). VIGÊNCIA: 05/11/2025 a 05/11/2026 DATA DA ASSINATURA: 07/11/2025 ASSINATURAS: MAXWELL SCAPINI e GUILBER GONÇALVES DIAS

* Documentos na íntegra disponíveis no site do CISOP - www.cisop.com.br

RUI NONATO DA SILVA Presidente

C11239715-E25



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ CNPJ: 00.944.673/0005-08 Endereço: Av. Brasil, nº 21.348 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR Fone: 45 3222-4830 Site: www.cisop.com.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025 CONTRATANTE: CISOP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 00.944.673/0001-08. CONTRATADA: MEDVUSUR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 57.394.275/0001-74 OBJETO: O registro de preços para eventuais e futuras aquisições de materiais, insumos e equipamentos médicos VALOR TOTAL: R\$16.425,00 (dezesseis mil e quatrocentos e vinte e cinco reais). VIGÊNCIA: 05/11/2025 a 05/11/2026 DATA DA ASSINATURA: 07/11/2025 ASSINATURAS: MAXWELL SCAPINI e GUILBER GONÇALVES DIAS

* Documentos na íntegra disponíveis no site do CISOP - www.cisop.com.br



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2025 Processo Administrativo Nº 400/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos na área de Neuroepidemiologia, com fornecimento de profissional habilitado (médico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina - CRM e Registro de Qualificação de Especialista - RQE em Neuroepidemiologia), para a realização de consultoria presencial mensal na Unidade Básica de Saúde Central do Município de Campo Bonito - PR, destinadas a diagnóstico, acompanhamento e tratamento de crianças e adolescentes com distúrbios neurológicos do desenvolvimento, conforme protocolos clínicos do Sistema Único de Saúde (SUS). VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 70.359,40 (setenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. FORMA: LUCRO LÍQUIDO. MODO DE DISPUTA: ABERTO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. PLATAFORMA: BIL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL. EXCLUSIVO ME/ EPP/ PQU/ PARADAS: SIM.

INSTRUMENTO CONTRATUAL: CONTRATO. LEI DE REGÊNCIA: LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021. LEI COMPLEMENTAR: LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 2006. DECRETO MUNICIPAL Nº 3611 DE 2024 E 3750 DE 2025.

CREDECIONAMENTO E CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09hs00min do dia 26/11/2025.

ABERTURA DE PROPOSTAS E DISPUTA POR LANCES: a partir das 09hs01min do dia 26/11/2025.

LOCAL: BIL - Bolsa de Licitação do Brasil: www.bil.org.br/licitacoes. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site: https://campobonito.org.br/licitacao. ESCLARECIMENTOS: Pelo e-mail: licitacao.campobonito@gmail.com, FONE (45) 3233-1282 e WHATS (45) 9 8414-2404.

ENDEREÇO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES: Rua Prefeito Dárdaro Roberto Grassi, Nº 252, Centro, Campo Bonito - PR. Campo Bonito, 10 de novembro de 2025.

PUBLICIDADE DEBEM VOS GONÇALVES PRESIDENTE

C11239727-E25

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 06/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2025

MUNICÍPIO DE MERCEDES - PR. LICITAÇÃO Nº 06/2025. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2025. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP. TIPO: ABERTO. PREGÃO POR ITEM.

OBJETO: Aquisição de adubo orgânico e nitrogênio, necessários para execução do programa de incentivo à inserção jovem, conforme Lei Estadual nº 1.338, de 02 de fevereiro de 2015 e alterações, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de Mercedes/PR.

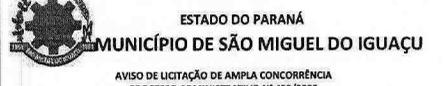
Table with 5 columns: Item, Descrição, Unid, Qtd, R\$ Unit, R\$ Total. Contains 11 items for fertilizer and nitrogen acquisition.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: https://www.compras.gov.br/licitacoes. INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 27/11/2025. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br. Bem como, no site https://www.compras.gov.br/licitacoes. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswald Cruz, nº 155, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, no horário de atendimento no período: 07:30 às 11:30 e 13:00h às 17:00h. Telefone: (45)2528-8000. e-mail: licitacoes@mercedes.pr.gov.br.

Mercedes - PR, 10 de novembro de 2025.

Laerton Weber Prefeito

C11239721-E25



ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 422/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025 PMSM - Nº NO COMPRASNET 90012/2025 O Município de São Miguel do Iguaçu - Pr, TORNA PÚBLICO aos Interessados que em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 1153/2023, de 16 de fevereiro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa nº 3/01/2021, de 13 de janeiro de 2022 do Controle Interno do Município e Lei nº 3.458, de 25 de agosto de 2021 e suas alterações posteriores, que se encontra disponível para retirada o Edital do Processo Administrativo nº 422/2025 na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução do projeto de requalificação urbana da Rua Farroupilha - Setor central, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seu anexo. VALOR ESTIMADO: R\$ 662.208,83 (seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e seis reais e oitenta e oito centavos). OBJETO LICITANTE: Município de São Miguel do Iguaçu-PR. CNPJ 76.206.499/0001-50. DATA E HORA ABERTURA E JULGAMENTO: dia 02 de dezembro de 2025, às 08:30 horas (horário de Brasília-DF). LOCAL DA LICITAÇÃO, ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: Através da página eletrônica do compras.gov, site https://www.gov.br/compras "Acesso Identificado". RETIRADA DO EDITAL: O edital deverá ser retirado no endereço do site https://saomigueldoiguacu.com.eteloch.com.br/portal/concurrenca/1/licitacoes. https://www.gov.br/compras. https://www.gov.br/compras/pt-br ou diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, na Rua Vário Ghelierre, 64, no horário de funcionamento de 24 h por dia, mediante a apresentação de mídia removível com entrada para USB (pendrive). INFORMAÇÕES: através do telefone:45-3565-8139 e e-mail: licitacoes@saomiguel.pr.gov.br. LOCAL E DATA: São Miguel do Iguaçu - PR, 10 de novembro de 2025. GESTOR: LUCIANO APARECIDO NETIS - Secretário de Planejamento - Decreto nº 043/2025.

C11239722-E25

ASSOCIACAO PARCEIROS DA NATAÇAO - APN EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL - AG

O Presidente da ASSOCIACAO PARCEIROS DA NATAÇAO - APN, CNPJ 39.725.886/0001-76, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os seus associados a participarem da Assembleia Geral - AG, a realizar-se no modo virtual, conforme Link da vídeo chamado https://meet.google.com/ohm-uhjz-2025, no dia 25 de novembro de 2025, com início previsto às 18:30h (Dezoito horas e trinta minutos), em primeira chamada com, no máximo, metade mais um do quadro de associados e, em segunda chamada, meia hora mais tarde às 19:00h (dezenove horas) com qualquer número de associados presentes, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

- 1) Apresentação, análise, discussão e aprovação do parecer do Conselho Fiscal referente as prestações de contas dos exercícios sociais de 2023 e 2024.

Cascavel - Paraná, 10/11/2025

Mariana Ferreira de Souza Presidente

C11239717-E25